

Presidente da Mesa: Bom, eu penso que estamos em condições e circunstâncias de iniciarmos a Assembleia de Freguesia, e com quórum mais do que suficiente.

E portanto, passamos para o **Ponto n.º 1**, que é a Intervenção do público. Pergunto quem do público se pretende inscrever.

Teresa Almeida (PS): Sr. Presidente, só pedia para haver aqui uma substituição na Bancada do PS, o Óscar Rodrigues não está presente, e seria substituído por Mafalda Farmhouse.

Presidente da Mesa: Sim, não vejo inconveniente, está considerado oralmente o pedido de substituição e a indicação, penso que não haverá formalidade necessária para esse facto. Será registado em ata que não está, e que está substituído por Mafalda Farmhouse.

Fernando Magarreiro (PSD): Sr. Presidente, informar que o PSD também tem duas substituições. O Matos Rosa é substituído por António Delicado, e a Margarida Cabral é substituída por Helena Ramalho.

Presidente da Mesa: Pronto, estão verificadas as substituições.

Quem do público está inscrito para intervir? Não tenho indicação da ordem, mas faça favor.

Álvaro Santos (Município): Boa noite, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Srs. Elementos do Executivo da Junta de Freguesia de Belém.

O que me traz hoje aqui é uma coisa muito simples. A minha apresentação hoje aqui é para desejar – está-se a aproximar o próximo ano de 2019 – que os trabalhos da Assembleia e os trabalhos do Executivo tenham um tanto em atenção àquilo que os utentes – ou os fregueses, como se chama – quando apresentam qualquer situação nesta Assembleia, a Assembleia tente reparar nos fregueses quando apresentam um problema, porque são os fiéis representantes da Assembleia, da Direção, saber se os assuntos que são aqui apresentados são ou não são sólidos, que é a primeira situação.

A segunda situação é apresentar os meus cumprimentos e um natal feliz a todos os membros da freguesia. Por outro lado, também desejar que o ano novo que se aproxima seja mais proveitoso das coisas que são aqui apresentadas. E essas coisas são do interesse de todos os fregueses. Eu, quando aqui apresento algum problema, é em colaboração, sempre digo isto. Parece que eu venho aqui fazer críticas. Eu não faço críticas; faço apresentação em colaboração com a Junta de Freguesia.

Muito boa noite, muito bom ano para vocês e para toda a família.

Desculpe, tenho aqui também que agradecer aos funcionários da freguesia, que é a coisa mais educada que está ali na freguesia. Não me estou a rir em termos de gozo; é pessoal competente, com as suas funções na Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua intervenção.

Peço só uma confirmação: a Isabel Silva não está presente? Está aí, desculpe lá, não a tinha visto. Estava aí atrás, não a tinha identificado. Está a substituir o Nuno Esteves. Como verifiquei as substituições dos outros Partidos, não verifiquei a sua, e o Nuno Esteves não estava. Pronto, está identificada.

Faça favor, pedia depois que se identificasse e usasse da palavra, se quiser, se é esse o objetivo.

Ana Valente (Munícipe): Boa noite. Ana Valente. É a primeira vez que eu estou numa Assembleia de Freguesia, não sei muito bem como é que isto funciona.

Presidente da Mesa: Neste momento, a palavra é sua, e se possível, que não excedesse cinco minutos, e fala como entender, sobre o que entender, de preferência do interesse da freguesia.

Ana Valente (Munícipe): Além de freguesa, estou aqui como mãe de alunas que frequentam escolas da freguesia, e enquanto membro da Associação de Pais da Escola Moinhos do Restelo e da Escola do Bairro do Restelo.

E o meu pedido, que venho aqui falar hoje, é acerca das AEC's, que há muitos anos que não funcionam como deveriam funcionar. Enquanto promotora, venho pedir à Junta de Freguesia que – não sei como, honestamente, mas que tem que haver uma melhoria nas atividades que oferecem aos alunos, porque é difícil arranjar professores, o sistema como está não funciona. E enquanto promotores, e o protocolo que têm com o Agrupamento, vinha pedir algum melhoramento neste sentido.

Vinha também pedir, que o último concurso que houve para colocação de professores nas AEC's, pedimos à Junta de Freguesia que divulgasse no *Facebook* e nos vários placares que têm pela freguesia o concurso público, e isso não foi feito, e pensamos que seria uma forma de conseguir chegar a mais interessados em dar essas atividades aos alunos.

Este é o meu pedido, em nome das Associações de Pais, que estão todas aqui representadas, pelo menos do ensino básico.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua intervenção.

Não sei se a Junta de Freguesia quer de imediato referir-se a esta matéria, ou apenas no final das intervenções do público, Sr. Presidente. No final? Então, pergunto se há mais alguém do público que queira usar da palavra.

Não havendo mais ninguém do público que queira usar da palavra, estamos perante uma incidência, que é o final das intervenções do público. E portanto, se essa for a intenção, dou a palavra à Junta de Freguesia para qualquer esclarecimento, em relação ao Executivo, para qualquer esclarecimento em relação às intervenções do público.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Muito boa noite a todos, Sr. Presidente, membros da Assembleia de Freguesia, população em geral, é bom ver aqui pessoas interessadas nestes assuntos que nos dizem a todos respeito.

Hoje é uma Assembleia importante, temos o Plano de Atividades e temos o Orçamento, além de outros assuntos importantes que iremos tratar.

Mas, agora estamos aqui a falar sobre o Sr. Álvaro Santos, que nos veio desejar um bom natal e um bom ano novo. É uma pessoa que intervém sempre muitíssimo nas nossas reuniões, quer do Executivo, quer da Assembleia, tenho que lhe agradecer isso, e também retribuir, em nome da Junta, um bom natal e um ótimo ano para si e para toda a família. E muito obrigado também pela colaboração que nos dá. Às vezes pode pensar que ficamos um bocado aborrecidos, mas não, às vezes estamos um bocado cansados, às tantas da noite, mas pronto, é bom que as pessoas intervenham, porque isso mostra que estão interessadas nas atividades e querem melhorar o sistema.

Também falou, e também fico contente, deu notas muito positivas sobre os nossos funcionários. Os nossos funcionários são o espelho da instituição. É bom, também há as pessoas que dizem bem das suas atividades. Às vezes é só dizer mal, é natural, às vezes também pode acontecer, mas também é agradável ouvir dizer bem da atividade dos funcionários da Junta.

D. Ana Valente, é mãe de um aluno da Escola Moinhos do Restelo. E é da Associação de Pais também, não é? Falou das AEC's, uma crítica ao funcionamento, em como estão a funcionar as AEC's. Eu também gostaria de dizer, acho que sim, nós queremos melhorar as coisas. Pode-se sempre melhorar, temos de ser ambiciosos e realistas. Diz-se que a política é a arte do possível, e então, temos que fazer, tentando melhorar, o melhor possível. E gostamos de ter a colaboração de todas as entidades, como as Associações de Pais, com quem temos boas relações, com todas. Mas, também gostaríamos que nos dissessem concretamente algumas coisas que gostavam que nós pudessemos melhorar, estamos abertos a sugestões. Eu só a ouvi dizer que está contra, que está mal, mas não diz concretamente o que é que queria que pudessemos melhorar. Mas, pronto.

De qualquer forma, falou aqui de um caso concreto, da contratação de monitores, que poderíamos divulgar. Olhe, nós temos divulgado. Mas, vou passar aqui à minha colega, que tem o pelouro da educação, que lhe vai explicar melhor isso – porque, aliás, até é uma plataforma que existe. Mas, eu vou passar aqui a palavra, Sr. Presidente.

Obrigado.

Helena Lencastre (Vogal): Boa noite. Helena Lencastre, Vogal da Educação. Obrigada por terem vindo, obrigada por estarem presentes.

Em relação às AEC's, é um horário complicado, é o protocolo que nós temos mais delicado, é uma hora por dia, das quatro às cinco, a meio da tarde, é difícilimo conseguirmos professores que tenham essa disponibilidade, ou técnicos.

Este ano, e ao longo destes cinco anos em que estamos com as AEC's, já fizemos várias tentativas de alteração, já pedimos para mudar de horário, para ser incluído no horário da equipa, mas isto é com o Ministério e com o Agrupamento, nós não podemos fazer mais do que cumprir com aquilo que nos dizem.

Este ano, começámos mais tarde os concursos porque houve um erro do Agrupamento, nós também não demos por ele. E portanto, a DGEstE não validou a nossa candidatura, teve que ser reformulada. E portanto, tivemos um atraso no início, talvez isso tenha feito com que não tivéssemos todos os professores disponíveis.

Mas, o que nos fala, melhoramento do funcionamento, estamos a articular também com o Agrupamento e com as Associações de Pais para perceber o que melhor fazer. A divulgação tem sido feita no *site*, todas as vezes que lançamos é obrigatório, é de Lei nós lançamos o concurso, e portanto, os procedimentos concursais estão sempre, e estão aqui no *site* e no *Facebook*, temos feito sistematicamente. Vamos fazer novo concurso, faltam sete professores nas AEC's. Nos placares não temos posto, é muito complicado durante três dias irmos pôr nos trinta e cinco placares que existem na freguesia, pôr e retirar. É uma ideia, mas não fizemos.

Em relação às AEC's, estão a cumprir a Lei, não conseguimos contratar de outra maneira, tem que ser contratado através de uma plataforma do Ministério da Educação, tem que ser pago, é pago ao preço que o Ministério põe, tem subsídio de natal, subsídio de férias, é pago a horas, e não tem professores. Não sei como fazer mais. Mas, estamos atentos. E já sei que as Associações de Pais nos ajudaram a colocar mais dois ou três professores ainda este mês de dezembro, já entraram; vai entrar mais um professor no dia 3 de janeiro. Vamos durante as férias de natal abrir concurso, mas, é realmente um aspeto muito delicado, é uma área muito delicada. Estamos a trabalhar todos, mas é complicado. Vamos melhorando, mas hoje em dia não temos soluções, vamos à procura delas.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não havendo mais intervenção neste período, esta intervenção do Executivo da Junta encerrou o ponto primeiro, que é o ponto de Intervenção do público.

Eu passaria ao **Ponto n.º 2**, Período de antes da ordem do dia.

Os dois membros do CDS-PP presentes fazem sinal de que querem intervir neste período de antes da ordem do dia. E portanto, eu dou primeiro a palavra, por ordem de pedido de intervenção, se estiverem de acordo, à Judite Cristas Fragoso, para uma intervenção. É sua a palavra.

Judite Fragoso (CDS-PP): Então, boa noite. Boa noite ao Executivo, Sr. Presidente, à Mesa, a todos os representantes dos diferentes Partidos aqui na Assembleia de Freguesia, e também ao público.

Hoje peço para falar, embora seja do CDS, venho falar em nome da Comissão de Acompanhamento das Escolas da Freguesia de Belém, uma comissão que foi criada na Assembleia de Freguesia de 12 de abril de 2018, e que, no fundo, tentou ao longo deste tempo, até ao dia de hoje, fazer aqui um trabalho de auscultação das diferentes escolas do Agrupamento e da freguesia, falar com os Diretores e Coordenadores das escolas, e também com as Associações de Pais.

Cumprimento aqui os pais presentes, nomeadamente a Sra. D. Ana Valente, e dizer que, de facto, a questão que traz consta do nosso relatório, e que pedimos que, de facto, seja objeto de análise e de atenção por parte não só do Executivo da Junta, mas também que depois dê andamento e divulgação aos diferentes órgãos envolvidos.

Desta maneira, passo, então, a entregar o relatório que nós elaborámos. Como não foi possível integrar um ponto na agenda desta reunião para análise e discussão deste relatório, o trabalho por nós desenvolvido, vimos solicitar que fosse constituída uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, eventualmente no início de janeiro, para, de facto, podermos discutir e analisar o relatório da Comissão de Acompanhamento, e convidar desde logo todos os intervenientes – pais, Diretores das escolas – para desenvolvermos aqui um trabalho conjunto e profícuo em torno das escolas da nossa freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não sei se o Executivo tem opinião sobre esta matéria. De facto, assim foi, como foi dito, a comissão foi constituída por deliberação da Assembleia de Freguesia, numa moção apresentada na altura para um grupo de trabalho para o acompanhamento da situação das escolas – que, na altura, envolvia problemas até mais amplos e mais vastos do que aqueles que foram tratados nesta mesma Assembleia, e que seguramente constarão do relatório. Da minha parte, se o Executivo não vir nenhum inconveniente, penso que estaríamos em condições de dar por aprovada esta solicitação, e logo que possível será convocada uma Assembleia Extraordinária com este ponto específico, independentemente de outros assuntos que, entretanto, possam surgir, com este ponto específico, que é a discussão da situação das escolas da freguesia e o relatório elaborado pelo grupo de trabalho, relativo às escolas da freguesia. Sr. Presidente, não há nenhum inconveniente da parte do Executivo, presumo, e portanto, está considerada aprovada essa deliberação.

Não sei se vem na sequência a intervenção. Se não vem na sequência, talvez pudéssemos ir alternando os Grupos, por um princípio de alternância democrática, por assim dizer, e talvez desse agora a palavra aqui ao Partido Socialista. Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, cumprimento o Executivo, cumprimento os colegas de Bancada, cumprimento o público. Também agradecer a presença do público, associada também à componente da educação na nossa freguesia, sejam muito bem-vindos.

Como aqui foi dito pela Judite, esta comissão teve um trabalho de fazer quase uma radiografia a todas as escolas associadas à área geográfica da Junta de Freguesia de Belém. E efetivamente, por não ter sido possível integrar este ponto na ordem de trabalhos, o Grupo Parlamentar do PS vê com muito interesse a realização de uma reunião extraordinária para debater esse tema, senão na íntegra, ter uma Assembleia exclusiva associada a esse tema, pelo menos dar tempo para que possa haver uma discussão profícua sobre esta temática, que achamos muito necessária.

Também sobre ainda uma outra questão, que teve a ver com a intervenção no Terreiro das Missas, penso que estará numa fase muito final, ou hoje acabou – eu fico feliz de ver que temos uma Assembleia, e no dia em que temos a Assembleia, vemos concluídos os trabalhos, pelo menos a calçada, porque eu vi que ainda estava lá muita pedra que ainda não foi retirada, aquela que sobrou, e algum entulho, que fará com certeza sentido ser retirado nos próximos dias.

Mas, gostávamos também de saber outra questão: é que, de facto, a exposição, que foi também o dia da inauguração do Terreiro das Missas, houve também uma intervenção ao nível da componente cultural, com uma instalação nesse mesmo Terreiro das Missas. Percebi que ela teve muito sucesso, que tem sido palco de muita correria, esse objeto de intervenção. Mas, mais do que tudo, o que nós queremos também saber, uma vez que fechou neste momento a obra, e que já tem possibilidade, depois, de nos trazer e, no fundo, prestar as contas sobre aquilo que foi o deve e o haver sobre a componente da intervenção, do que foi a componente de Orçamento do próprio objeto de intervenção da obra, e se, de alguma forma, ficou dentro dos valores que estavam estabelecidos, nomeadamente com a intervenção que houve dos vários *sponsors*, ao longo do período que antecedeu esta própria intervenção, os cem mil euros (100.000€) que foram feitos com uma exposição, se os cento e cinquenta mil euros (150.000€) foram suficientes para o fecho da obra. É importante agora, visto que na última reunião ainda seria impossível fazer o acerto e a verificação dos custos vs. capacidade financeira, também gostaríamos de saber sobre essa questão.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Bom, dentro desta lógica de alternância – e não segui a ordem dos Partidos, mas sim a ordem dos pedidos de intervenção – Fernando Magarreiro. O maior Partido acaba por ser o terceiro aqui.

Fernando Magarreiro (PSD): Muito boa noite a todos. Cumprimentos à Mesa, ao Sr. Presidente, aos demais membros, colegas membros da Assembleia, ao público, aos funcionários da Junta que estão aqui presentes, boa noite a todos. Desde já desejar a todos um santo natal e um próspero ano novo de 2019.

Relativamente ao PSD, gostaríamos de apresentar uma moção, e depois temos uma pergunta para o Executivo da Junta. A moção, lamento voltar a trazer este tema, mas que não está resolvido, que é a questão, mais uma vez, do lixo, enfim, muito solicitada pelo PSD e do CDS, e presumo que com a concordância dos demais Partidos. Pedimos uma recolha eficaz e responsável do lixo na Freguesia de Belém.

Passarei a ler esta moção:

“Tendo em consideração que:

- A recolha dos lixos, resíduos sólidos urbanos e, em especial, recolha de reciclagens, resíduos vegetais e monos, na Freguesia de Belém é hoje um dos principais problemas desta população, pois a mesma não é feita com a regularidade necessária, acumulando-se lixo junto dos contentores, ilhas e passeios, bem como contentores totalmente cheios pelas constantes falhas de recolhas;

- A acumulação diária destes resíduos e lixo degrada a qualidade de vida e higiene da Freguesia de Belém, afetando quem nela vive e trabalha;

- Este serviço é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e deve ser executado tendo em consideração as normas ambientais e o respeito pelos munícipes, que pagam este serviço;

Assim, face ao enunciado nesta moção, propõe-se que o Executivo da Junta de Freguesia de Belém diligencie junto da Câmara Municipal de Lisboa, do seu Presidente e da responsável pela área da Higiene Urbana a resolução desta situação calamitosa que afeta a Freguesia de Belém.

Requer-se ainda aos serviços do Executivo da Junta de Freguesia de Belém que divulguem esta moção junto das plataformas próprias de comunicação e, ainda, o envio desta moção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à responsável pela Higiene Urbana da Cidade de Lisboa.”

Esta é a moção que o CDS e o PSD irão apresentar, e apresentam hoje nesta Assembleia.

A pergunta que coloco agora ao Sr. Presidente, que nos poderá explicar, é se relativamente à moção última que fizemos, na última Assembleia de setembro, relativamente à Rua da Junqueira, pedimos que diligenciasse o Executivo da Junta, junto da Câmara Municipal de Lisboa, para a abertura ao trânsito, se temos ou não temos novidades. Quer dizer, não temos, porque continua o sentido proibido na Rua da Junqueira, e a Rua do Embaixador continua um caos. Se houve, enfim, algum desenvolvimento ou comunicação por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu penso que a moção está distribuída. Foi lida só? Obviamente que independentemente disso, de a moção estar distribuída, ou não, se algum outro Grupo quiser intervir sobre esta matéria, pode fazê-lo.

Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Também cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, os colegas de Bancada, e todos os presentes.

O que eu gostaria de dizer sobre este aspeto da recolha do lixo é que nós, obviamente, sentimos todos, como munícipes que somos, as carências que existem, e as falhas que ocorrem. O que não podemos aceitar é que seja uma visão parcial. Isto é, o problema não é só da recolha do lixo, também é da limpeza do espaço público, que são competências da Junta de Freguesia. Portanto, se esta moção abordar o que está, de uma forma global, não temos qualquer dúvida em nos associarmos a recomendações. Agora, ser apenas uma recomendação, ou uma condenação do processo que é da responsabilidade da Câmara, penso que é uma visão parcial, e não nos podemos associar a esta visão, porque nós todos também sabemos que há lixo que permanece na via pública, para além daquilo que é a tarefa de recolha dos contentores, e como todos sabemos, há aqui uma zona cinzenta, que ambas as entidades atiram responsabilidades uma à outra, mas quem sofre são os munícipes. E eu penso que a Junta de Freguesia não pode ignorar essa situação, nem pode encolher os ombros e dizer que isto não é nada da minha responsabilidade, porque não é verdade. E portanto, ou todos são chamados ao problema, e todos se interessam pelo problema, e obviamente que estaremos todos de acordo. Com uma visão parcial, obviamente que não poderemos estar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Muito bem. Então, talvez agora o autor e proponente, para dar esclarecimentos, uma vez que há até um pedido de esclarecimento implícito. Depois, darei a palavra ao Sr. Presidente para encerrarmos este ponto, antes da votação – isto não havendo mais pedidos de intervenção, entretanto.

Fernando Magarreiro, do PSD.

Fenando Magarreiro (PSD): Só para esclarecer a questão que foi colocada, e o esclarecimento do alcance da moção. Efetivamente, a moção foi relativamente à recolha do lixo, porque entendemos que a recolha está deficiente, muito deficiente. Eu vejo, pessoalmente, os serviços da Junta, na zona em que eu habito, na parte norte de Belém, no Restelo, eu vejo diariamente a manutenção dos serviços de limpeza, vejo as pessoas com os aspiradores, a varrer, vejo uma atividade permanente dos serviços de limpeza. Não vejo, e constato algo, e nós todos pagamos, e vejo que muitas das vezes os contentores não são recolhidos – por exemplo, esta semana, na ??? os contentores de papel não foram recolhidos.

Enfim, as pessoas não retiram os contentores da rua, ficam até ser recolhidos. E se repararmos, aquela zona ali da parte de cima, temos muitos contentores de lixo que não foram recolhidos. E vejo o lixo de jardins que se acumula na rua, ligamos para os serviços, para a recolha, e não aparecem.

A ênfase dada nesta moção é relativamente à recolha de lixo pelos serviços que são geridos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Faça favor.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Saúdo o Presidente da Assembleia, cumprimento a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, demais Executivo, todas as forças políticas aqui presentes e o público.

Quanto ao lixo, eu habito na freguesia há sessenta e quatro anos, cresci aqui e envelheci aqui. Este senhor fala lá de cima, e eu falo cá de baixo – porque também há quem fale no Restelo de Cima e no Restelo de Baixo, que isso é uma coisa louca; cá em baixo é Pedrouços, é assim que se chama, e é onde eu vivo agora – e, de facto, há uma distinção. A recolha de lixo em Pedrouços, e muito perto – eu vou mencionar – da residência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acumula-se. E eu não percebo, são saquinhos e saquinhos de lixo de jardins, mais do que lixo doméstico. E há essa coisa, dentro do Bairro do Restelo, e também na Rua de Pedrouços, nomeadamente no Largo do Inglês, que é uma reentrância da Rua de Pedrouços. Acumula-se, acumula-se, acumula-se.

A outra parte de Pedrouços mesmo já está melhor. Já está melhor, a recolha faz-se melhor, os caixotes já não estão sujos ali à face de toda a gente. Portanto, há uma distinção muito grande, e isso é que nós não entendemos, por que é que os carros não passam em Pedrouços, que é como se chama aquela zona.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para encerrar este ponto, para depois passarmos à votação da moção apresentada pelo PSD e pelo CDS, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Fernando Ribeiro Rosa.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, estamos a tocar numa matéria que é fundamental para a qualidade de vida das pessoas. Para nós, que ficámos com parte dessa competência da higiene urbana, é muito importante. Eu vou explicar por que é que tivemos alguns problemas: ??? as coisas não se fazem, também somos culpados, objetivamente, mas temos justificação. Por que é que eu acho que não se deve comparar, que não se deve pôr no mesmo sistema estas componentes? A recolha é outra componente. Nós estávamos a fazer o nosso trabalho, e fomos impedidos legalmente de continuar a utilizar aquele sistema contra as ervas daninhas que utilizávamos – não quero arriscar dizer o nome, porque posso dizer um disparate, é um nome técnico de uma substância que nós utilizávamos, e que em todo o mundo foi proibido, porque ficou provado que isto provoca danos irreversíveis na saúde das pessoas e dos animais. Tivemos que parar com isso, por indicação da Direção Geral de Veterinária e das autoridades

legalmente constituídas no nosso país. E como resultado disso, com a chuva, a erva cresce muito. Portanto, íamos só cortando com o chicote essas zonas, que rapidamente cresciam, é impressionante. Estamos a tratar para termos mais pessoal na higiene urbana, que temos muito poucos, temos que arranjar dinheiro para isso, e meios para isso, estamos a tratar disso. Mas, pronto, como estamos impedidos legalmente de utilizar essa substância, tentámos resolver o assunto. E se viram no último Boletim, já conseguimos uma empresa belga, que por ocasião ??? vieram cá a Portugal, fazer um acordo com eles, em que vão fazer uma demonstração grátis, no centro de Belém, e depois, em princípio, se isso correr bem – vai ser agora, vai hoje aqui entrar na ordem de trabalhos para aprovar essa matéria, e se isso for aprovado aqui pela Assembleia, esse protocolo de colaboração que fizemos, iremos depois começar a adquirir esse produto, que está homologado pela Direção Geral de Veterinária, a autoridade sanitária que tem a última palavra nessa matéria. E isso já permite depois, ao cortar a erva, pôr essa substância, que já dá para uns seis meses, o que já é bastante bom, metade do ano.

Estamos a tratar do assunto, não estamos parados, temos perspetivas de melhorar, estamos contentes com essa solução. Essa é a nossa maior culpa, é, de facto, a parte das ervas daninhas, que é connosco, e que, realmente, não está a ter efeitos, porque houve essas questões, que nós estamos neste momento a resolver, se hoje for aprovado este protocolo que fizemos com essa empresa, que vem hoje aqui a esta ordem de trabalhos.

Agora, posso-vos dizer que fomos reforçados com um camião do lixo, com a Câmara Municipal, que esteve a ver quais eram as freguesias mais turisticamente importantes, e fomos contemplados com um camião desses. Acabámos de investir agora várias dezenas de milhares de euros numa varredoura de quatro metros cúbicos, fantástica, nova – porque as outras estavam estragadas, eram de dois metros cúbicos, estavam estragadas, e agora temos uma de quatro metros cúbicos. É muito dinheiro, mas é fundamental, numa freguesia como a nossa, termos uma dessas varredouras. Reconvertemos outras que não estavam a funcionar muito bem. Estamos agora, neste momento, a dar uma volta nesta matéria, que para nós é fundamental. Da nossa parte, estamos a fazer isso, e estamos a exigir junto da Câmara para que resolva o problema, porque a Câmara ficou sem cantoneiros. Quando foi a reforma administrativa, vieram quase todos para as Juntas, a Câmara ficou sem cantoneiros. Mas, isto é pacífico, e está a recrutar – já recrutou uns tantos, mas aquilo ainda não está a funcionar como deve ser. E não está a funcionar como deve ser porque não têm gente para as rondas. Eu passo a explicar: numa parte da freguesia – nesta que estávamos a falar, do Restelo de Baixo – aquilo é assim: à quarta é o papel, à sexta são os plásticos e as embalagens, e depois, terça, quinta e sábado é o indiferenciado. Isto é muito bonito, mas não passa. Isto é, é frequente haver dias em que não passa, e nós lá levamos o caixote outra vez cheio para dentro de casa. E agrava-se neste tipo de bairros que têm jardim, por duas coisas: primeiro, lixos dos jardins, o que é normal, se existem jardins, existe lixo, cortam, metem lá num cantinho, e fica como deve ser. Só que como deve ser, consoante a área, no próprio dia, ou na véspera daquele dia de fazer a recolha do lixo dos jardins. Imaginem, na minha área é na sexta-feira; eu tenho que pôr na quinta-feira à noite, ou sexta-feira. Mas, há gente que gosta de fazer aquilo ao fim

de semana, quando está livre, e metem no domingo. Fica de domingo até ao dia em que recolhem, fica muito tempo lá fora. E de facto, como isso está a acontecer com frequência, e essa volta dos jardins não está a haver, acabou, na prática acabou, sei lá, faz-se uma vez por mês, imaginem, fica aquele espetáculo que nós temos tido, e que vamos mandando para a Câmara, para o Vice-presidente Duarte Cordeiro, o estado calamitoso em que isto está. Há dois dias, tinha marcado uma reunião com o Sra. Diretora Municipal, a nova, Filipa Penedos, dos resíduos sólidos urbanos, que tinha vindo apresentar cumprimentos aqui à Junta, meia hora antes marcou a reunião. Estava retida lá com o Sr. Vereador, não pôde vir.

Há outra situação também muito chata, que são resíduos de obras. Há muitas casas destas, de bairro, que estão a fazer obras. E as pessoas fazem uma coisa, que para mim também não é correto, que é porem os restos das obras, seja que quantidades forem, na rua. E como não há ninguém para recolher, ficam semanas e semanas. Não há fiscalização, realmente tem que haver uma maior fiscalização também. Há gente muito pouco civilizada, preocupa um bocadinho toda a gente, mas é culpa do público em geral, que suja tudo, e metem as coisas na rua, desde que ninguém esteja a ver. E já nem vou falar dos cãezinhos, ninguém está a olhar, e lá vão eles. E o Presidente da Junta já os apanhou várias vezes. Pronto. Agora, isto dos jardins, não está a funcionar a recolha. A situação é horrível, parece às vezes quase um bairro de lata, aqui o Bairro do Restelo. Conheço bem, é onde eu moro.

Quanto às outras recolhas, também de vez em quando – essas, mesmo assim, não falham tanto, as outras recolhas normais, do indiferenciado, dos amarelos e dos azuis; mas, essas dos jardins, quase que acabou. Já estive a ver o que é que se passa, uma vez por mês recolhem nos jardins, já nem estarem a respeitar aquelas situações, e também deve sentir a mesma coisa que eu sinto. Eles não estão a dar vazão a tudo isto. Não sei quanto tempo é que está a demorar a formação daqueles homens que têm que admitir, a informação que eu tenho é que estão para ser admitidos uma série de cantoneiros. Mas, neste momento, a situação está terrível.

De qualquer forma, também nem tudo corre mal. Acabámos de definir pelo menos mais meia dúzia de locais, estivemos a definir *in loco* com a Eng.^a Márcia, assessora da Câmara Municipal, estivemos a ver locais para estabelecer aqueles grandes reservatórios subterrâneos, que têm uma grande abertura, e portanto, podem-se pôr lá muito mais coisas e maiores. E realmente definimos, e alguns até já vão ser colocados, neste momento, em vários sítios da freguesia, e isso tem ajudado também, de alguma forma, a combater esta situação. Mas, às vezes as pessoas não têm alternativas, vão pôr numa esquina qualquer e vão-se embora, olhando para o lado para ver se ninguém as viu. Acontece, por exemplo, na esquina da Rua de Pedrouços com a Duarte Pacheco Pereira. É recorrente esse caso, por exemplo.

Por isso mesmo, isto tem que estabilizar, a Câmara com certeza que está consciente disso, mas tem que ser apertada; no bom sentido da palavra, tem que ser apertada. Agora, não nos comparem nesse aspeto, porque nós estamos a tomar as medidas corretivas, e vai avançar no imediato – se for aprovado hoje, vamos já começar a delinear esta história da aplicação destes remédios para as ervas não crescerem, e a ver se com isto se consegue melhorar nessa matéria. A

Câmara, o que gostávamos era que fosse mais rápida, mas temos que fazer alguma pressão nesse sentido. De qualquer forma, estamos a investir muito nesta área do ambiente, esta nova varredoura vai ser muito importante, e não é só para as paradas em frente aos Jerónimos; é para a freguesia inteira. E tem uma capacidade, quase o dobro das que nós tínhamos. Mas, de facto, nós temos que ter uma varredoura, para uma freguesia destas, com grande capacidade.

Mas, eu passo a palavra aqui ao Tiago Pessoa, só para dar um esclarecimento mais completo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tiago Pessoa, para complementar.

Tiago Pessoa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa.

Apenas só mais algumas informações, para além do que o Sr. Presidente já esclareceu. Diariamente, eu faço comunicações à Câmara Municipal de Lisboa para relatar, de facto, diversas reclamações, não só que os nossos serviços detetam, mas que os próprios municípios e fregueses nos fazem chegar relativamente à recolha de lixo indiferenciado, recolha seletiva e recolha dos monos. A Câmara, aquilo que me tem dito é que tem estado com algumas dificuldades em termos de recursos humanos, inclusive durante o verão que passou, praticamente não houve recolha de lixo verde, porque os recursos humanos que estavam afetos à recolha de lixo verde ficaram a prestar serviço na recolha de indiferenciados e na recolha seletiva.

Nesta altura de dezembro, já de épocas festivas, já estamos a sentir outra vez o mesmo problema, e estimamos, prevemos que até ao final do ano a situação possa continuar difícil. Mas, de qualquer modo, a Câmara tem consciência de que este problema existe, e estamos a tentar, em conjunto com a Câmara, também procurar sensibilizar e resolver. Agora, o que é certo, como o Sr. Presidente também disse há pouco, é que aquilo que nós verificamos é que junto aos lixos verdes, as pessoas colocam sacos de lixo indiferenciado, junto aos contentores subterrâneos, onde é suposto haver recolha seletiva, também são colocados lixos e sacos indiferenciados, são abandonados sacos com lixos indiferenciados junto a postes de sinalização de trânsito – como eu hoje vi até quando passei na freguesia – e portanto, há aqui também ao nível da sensibilização das pessoas muito trabalho que nós temos que fazer, e temos vindo a fazer também no Boletim, e vamos continuar a fazê-lo, para aumentar, de facto, a consciência das pessoas para este problema do ambiente.

Referir ainda, embora seja uma matéria do Plano de Atividades, que contamos e apresentamos um plano de reforço de recursos humanos e de meios para este ano de 2019, precisamente para responder a algumas destas deficiências que têm acontecido.

E do lado da fiscalização, aquilo que temos procurado é que a Câmara Municipal de Lisboa intervenha, as competências de fiscalização são da Câmara, e estamos disponíveis para, se a Câmara assim o entenda, poder ajudar neste processo de fiscalização, sendo certo que é uma competência que é da Câmara, mas que era

importante também para ajudar à sensibilização e para evitar algumas destas situações de deposição indevida de resíduos na freguesia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pelos esclarecimentos. Sr. Presidente, faça favor.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, é muito rápido.

Primeiro, estou de acordo com a marcação de uma Assembleia de Freguesia para discutir os assuntos da educação, dada a importância que esse assunto nos merece. Acho que todos os esforços não são demais, é muito importante.

Quanto à questão do Terreiro das Missas: de facto, hoje é um dia importante para mim, hoje terminámos completamente o Terreiro das Missas. O problema transcendeu-nos, também temos culpa, mas não havia pedra preta ??? completamente impossível, mesmo nos Açores, e tudo, não havia aquela pedra um bocado maior ????. Tive que me chatear várias vezes, e ficou a pequenina, e acabou por ficar mesmo assim. E está acabada a obra do Terreiro das Missas. Gastámos cerca de cinquenta mil (50.000€), quando estavam previstos cerca de cento e cinquenta mil (150.000€). Conseguimos, com o dinheiro que a Câmara efetivamente nos tinha dado, acabámos esta obra em condições de dignidade do local, reforçámos mais a parte de cá. E portanto, os outros cem mil (100.000€) que tínhamos ganho estão na Junta para outras atividades.

Quanto ao trânsito proibido na Rua da Junqueira, não há qualquer reação da Câmara. Fizemos uma comunicação ao Sr. Presidente da Câmara, formal, sobre essa matéria, mandámos fotografias até, salvo erro, do David Dinis, que penso que foi Diretor do Público, que mora na Rua do Embaixador, que enviou para nós, e numa dessas fotografias, à mesma hora, no mesmo dia, com a Rua do Embaixador completamente cheia de trânsito, com a Rua da Junqueira sem ninguém, sem nada – só não fui mostrar a Avenida da Índia porque, de facto, costuma haver trânsito ali no Museu dos Coches até ao Hospital Egas Moniz. Está uma vergonha, estava caótico, isto tem que ser mudado. Nós não vamos desistir desta rua. Do lado de Caselas, continua a mesma coisa lá em cima, mas esta é mais importante, porque, de facto, isto é brincar com as pessoas, que ainda por cima têm que ir para o hospital. Não pode continuar, e é uma batalha que temos que ter a sério, e esta situação tem que vir a ser resolvida rapidamente.

E penso que não havia mais nada para falar sobre isto. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que agora, então, nós estaremos em condições de votar a moção que foi apresentada. Quem vota contra? Quem se abstém? Vou repetir, em caso de dúvida: quem vota contra? Quem se abstém? A moção está aprovada, com os votos favoráveis dos membros da Assembleia de Freguesia do Partido Social Democrata

e do CDS-PP, e a abstenção dos restantes Grupos aqui representados, designadamente o Partido Socialista e o PCP.

Portanto, está encerrado este período de antes da ordem do dia. Tinha pedido a palavra, peço desculpa. Dentro da lógica de alternância, saltei e ficou sem a palavra. Diogo Henriques, do CDS-PP.

Diogo Henriques (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Imbuído pelo espírito do Sr. Álvaro da Costa Santos, desejo a todos, ao Executivo, ao Sr. Presidente, ao Sr. Presidente da Mesa, a todos os elementos da Assembleia e ao público, votos de feliz natal e de um ótimo 2019.

Mas, ainda em 2018, eu fui abordado por três cidadãos, moradores na Rua Alexandre Sá Pinto – onde, para declaração de interesses, também resido – e pediram-me para trazer uma questão aqui à Assembleia. É muito simples, a Rua Alexandre Sá Pinto é uma via com dois sentidos, e seja pelas escolas, seja agora pelo Conservatório também, seja pelo novo passadiço que começa no final da rua, além dos próprios moradores, a pressão para estacionamento leva a que, todos os dias, uma das vias seja ocupada por estacionamento, o chamado informal, mas é ilegal, e torna o problema grave, quando normalmente, ou de manhã, na altura do início das aulas, mais ainda por causa do Conservatório, ou por volta das sete da tarde, a via passa a ter um único sentido, os carros vêm dos dois, têm uma única via, tem dois sentidos, e portanto, há muitas vezes situações de confusão, e mesmo confronto.

Os três cidadãos pediram para trazer a esta Assembleia um pedido para ser uma via de sentido único, descendente, da Ajuda para o Altinho, com estacionamento, de preferência legal, de um dos lados, de preferência do lado das habitações. E deixo aqui este pedido, tendo, aliás, ouvido que o Sr. Presidente já se pronunciou mediaticamente sobre o assunto, mas queria deixar aqui esta questão porque, de facto, todos os dias existem sempre quase cenas de confronto, porque a rua, ainda por cima, tem um alto no meio, no início não se vê o fim, e portanto, os carros, quando chegam a meio, estão de frente um para o outro, e é preciso um dos lados voltar para trás, e às vezes é a lei do mais forte, ou da buzina mais forte.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, mais uma vez.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Ainda bem que fala nisso, porque ainda ontem saiu na televisão uma entrevista minha, e do Comandante da Polícia também, e de mais algumas pessoas que falaram sobre essa situação. Vamos lá ver, sem querer dizer que Belém é um faroeste, é evidente que houve ali algumas situações um bocado delicadas. E de facto, nós tivemos uma ação concertada com a Polícia, a ver medidas que possam minimizar isso. Uma delas, vou começar pelo trânsito. Tem havido ??? que é essa parte que vai do Altinho para a escola, e vice-versa, que está com os dois sentidos.

O estacionamento, é ver quem é que chega lá primeiro, e a refilar uns com os outros, pronto. De maneira a que nós chegámos a uma conclusão, e já foi formalizado o nosso pedido, porque nós não temos competência nessa matéria, mas é nossa área, e nós já avançámos com essa solução, mas antes fizemos contatos prévios com a Direção Municipal da Mobilidade, e nós dissemos que íamos propor isso. E portanto, nós propusemos que, de facto, devia ter sentido único, no sentido Escola Marquês de Pombal – Altinho, e com estacionamento do lado direito. É altura de isso ficar definitivamente protocolado. Isso já foi feito, já foi formalizado isso, e vamos agora insistir.

Quanto à outra matéria, de facto, há ali uma grande confusão, há várias escolas, as pessoas vão para o outro lado da rua, para perto das casas das pessoas, sentam-se nas soleiras, começam a fazer barulho, e depois as pessoas querem entrar dentro da própria casa, e têm lá as pessoas à frente, e eles não saem da frente, já houve algumas altercações, já houve situações graves, com pontapés e murros, e houve pessoas maltratadas, que até foram para o hospital, e já deu participações na polícia. Isso não pode ser, nós já passámos, no outro dia, numa ronda pela freguesia no âmbito do espaço público, e tive ocasião, com alguns colaboradores meus, de ver uma ação em direto da polícia a abordar algumas pessoas que estavam eventualmente ??? vi como é que a polícia atuou, está a fazê-lo bem. Nós, o que é que temos que fazer aí? Em concertação com a polícia, facultar alguns meios para que eles possam atuar de uma forma mais eficaz, e isso tem sido feito – temos dado veículos, temos dado bicicletas, temos dado telemóveis, para a polícia estar mais operacional – e troca de informações com os Diretores das escolas – por acaso, até nesse caso concreto, diziam que quem tinha dado um murro na tal pessoa que ficou muito maltratada, que era de uma escola, e não era, era de outra escola que estava ali ao lado. Nessa escola ficaram muito ofendidos, disseram que não era da escola deles, era da escola do lado, enfim. Aquilo, realmente, tem que ter uma presença policial mais atuante e mais visível, para haver um pouco mais de dissuasão. E isso está a ser feito, e as pessoas estão neste momento conscientes disso, até no âmbito da Escola Superior.

Também uma coisa que nós vamos fazer, há uma pessoa que se tem queixado muito de um prédio, logo ali ao princípio da rua, que acho que é de alojamento local, ninguém quer ir para lá, estão lá uns miúdos sempre ali junto à porta, fazem barulho, e sei lá mais o quê. E não acontece só nessa porta; acontece noutras portas, do outro lado da escola. Vamos tentar criar um local entre a Escola Marquês de Pombal e a Casa Pia, há ali um canto em que vamos pôr uns pilaretes, e pôr umas mesas, já temos as mesinhas e os banquinhos para lá pormos no chão, para ver se estas pessoas saem daquelas portas, e pelo menos ficam naquele sítio, que ainda é uns metros depois, para não estarem mesmo em cima da casa das pessoas, e estão ali mais entretidos naquela mesa, mais do lado da escola. É uma das medidas que nós vamos fazer. E depois, a presença policial.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Há mais um pedido.

Fernanda Santos (PS): Vou só ocupar dois minutos, mas não podia deixar de fazer este comentário. Dirijo também, em primeiro lugar, os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos colegas de Bancada e ao público presente.

Mas, depois da intervenção do Sr. Presidente, eu fiquei a pensar, no que diz respeito ao Terreiro das Missas, se bem me parece pelas contas assim aqui apresentadas, e também fazendo contas por alto, o Sr. Presidente recebeu perto de cinquenta mil euros (50.000€) por transferência da Câmara Municipal de Lisboa, que efetivamente correspondeu ao custo da obra. Portanto, aquilo que o Sr. Presidente disse aqui em várias sessões, que não havia dinheiro suficiente da transferência para tratar do Terreiro das Missas, parece que não corresponde à verdade, até porque, na altura, a justificação para ceder o espaço para a exposição Cosmos, no valor de cem mil euros (100.000€), era exatamente pela insuficiência da verba da transferência da Câmara Municipal, que afinal parece que está guardado, tanto melhor. Mas, não queria deixar de fazer aqui este reparo sobre a forma como se apresentam as contas a esta Assembleia, e como, efetivamente, se apresentam estes dados desta forma. Portanto, ou as contas estavam mal feitas, ou o custo da obra baixou, ou o custo do material baixou, ou efetivamente não houve uma informação totalmente clara sobre esta situação.

Eu devo-lhe confessar que as minhas expectativas em relação ao Terreiro das Missas eram completamente diferentes, face às verbas que aqui começavam a surgir. Ora, havia a transferência da Câmara Municipal de Lisboa, havia cem mil euros (100.000€) da exposição Cosmos, eu não esperava uma simples requalificação, ou melhor, esperava uma melhor requalificação daquele espaço. Foi um trabalho bem feito, com verbas que afinal eram suficientes. E o que agradecemos de futuro é que as contas e também os trabalhos nos sejam apresentados com maior exatidão e com melhor clareza, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Como sabe, foi das primeiras delegações de competências que fizemos com a Câmara, e se isso fosse feito uns meses depois, tinha-se visto logo no início que aquilo não dava, e então, eles tinham que nos dar um reforço. Como nós somos muito zelosos com os dinheiros públicos, e num princípio de colaboração com a Câmara, tentámos ????. Agora, quem fez o projeto não foi a Junta; foi a Câmara Municipal de Lisboa, o inicial, dos cento e cinquenta mil euros (150.000€). Eu não tenho culpa que haja técnicos da Câmara a fazer projetos megalómanos, para outros depois executarem. Nós apanhámos um projeto da Câmara, que era megalómano, que custava isso, não fomos nós. Realmente, foram logo das primeiras delegações de competências, e nós dissemos que íamos tentar, era muito importante arranjar aquilo, que a Câmara estragou. A Câmara na altura estragou, e nós fomos arranjar. Agora, de facto, a Câmara só nos deu cinquenta mil euros (50.000€). Agora, colegas meus de outras freguesias ??? depois veem que não chega, e faz-se ????. Mas, nesta altura, foi logo o primeiro de todos, não estava nada disso previsto. O que é que nós tivemos de fazer? Aquele princípio de que uma Junta de Freguesia tem mais eficiência do que uma Câmara, e que uma

Câmara tem mais eficiência do que o Governo Central, isto é, gastámos menos dinheiro e fomos mais eficazes. Foi o que aconteceu: a Câmara estava com os cento e cinquenta mil euros (150.000€), nós achámos que era um exagero, e conseguimos fazer, realmente, por cinquenta mil (50.000€). Realmente, não fomos agora gastar os cem mil (100.000€) que temos aí. Não, calma aí, temos muitas coisas em que gastar dinheiro, que é dinheiro público. Conseguimos pôr aquilo de forma decente, acabado, não é uma peça de joalheria, não senhor, mas é um Terreiro das Missas muito estável, e pronto. Agora, reparem, nós não podemos ser penalizados por termos sido umas formiguinhas trabalhadoras, e que conseguimos fazer a mesma coisa com tanta eficácia, e com menos dinheiro.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que concluímos aqui, e chamo a atenção de que ainda não passámos do Período de antes da ordem do dia, mas concluímos agora o Período de antes da ordem do dia.

Passamos ao **Ponto n.º 3**, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 25 de setembro de 2018. A ata foi distribuída.

Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Sr. Presidente, eu recordo aqui – aliás, temos aqui a ata para nos recordar isso mesmo – que fiz um reparo relativamente à configuração da ata, à organização, o Sr. Presidente mostrou toda a disponibilidade de a corrigir, mas ela está exatamente igual à anterior. Não há aqui um registo de folha de quem foram as presenças, a data em que se realizou. Como pode ver, começa abruptamente, “Presidente da Mesa”, e mais nada. Não temos esta configuração que é normal, que existe em praticamente todas as organizações, de podermos ter uma página de rosto que diga exatamente ao que se refere, e quais foram as presenças.

Por outro lado, falei também nas questões da transcrição e dos pontos de interrogação, e referia-me apenas às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta, porque será difícil aferirem com as outras intervenções, e também continuam os pontos de interrogação. Nós não conseguimos ter uma leitura escorreita, percebermos exatamente aquilo que o Sr. Presidente disse. E penso que não seria difícil, uma vez que a ata é feita aqui na Junta de Freguesia, que alguém tentasse esclarecer junto do Sr. Presidente exatamente a que é que ele se referia nestas zonas em que não está expresso.

E eu apenas recordo isto porque o Sr. Presidente mostrou-se muito disponível para que houvesse aqui uma correção, e é por isso que estou a voltar a chamar isto à atenção.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

No que me diz respeito, enfim, do que me lembro – a memória já não é o que era, mas o que eu me lembro de ter dito é que, obviamente, havia total disponibilidade para eventuais correções, acertos, inclusivamente houve alguém que levantou que não corresponderia exatamente, e que os serviços estariam seguramente disponíveis para que pudessem ser feitas essas correções presencialmente, e que seria seguramente um reforço para melhorar os serviços, com certeza. Não foi feito, e a única coisa que lhe posso dizer é apelar – como imagina, não fiz a ata; já fiz noutros tempos, era minha responsabilidade, mas procurarei junto dos serviços para que as correções sejam feitas, apelando, obviamente, à Junta, e aos serviços da Junta, para que estas sugestões, que me parecem positivas, sejam introduzidas e passem a ser uma realidade.

António Delicado.

António Delicado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda referente ao ponto anterior, e apenas para o fechar, se me permitisse, em trinta segundos. Antes de mais, queria saudar o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta, os membros do Executivo, os membros desta Assembleia. É a minha primeira vez neste local, para exercício desta função, fui chamado em substituição do Dr. Matos Rosa, e é com muito orgulho e muita honra que o faço. E saúdo também o público presente, em especial as Associações de Pais também aqui representadas.

De forma muito sucinta, queria apenas reiterar também as preocupações referentes às questões do trânsito que se verificam na zona da Rua da Junqueira, do Imperador, Alexandre Sá Pinto, e não apenas pela disfuncionalidade que toda aquela solução apresenta, mas também pelas próprias questões de segurança que acarreta para as pessoas, porque quem tem experiência em passar naquelas ruas a horas mais preenchidas, nomeadamente de crianças, percebe a facilidade que é eventualmente haver um acidente mais sério, dada a exiguidade do espaço nos passeios, face àquele ocupado pelos automóveis, etc. E portanto, eu diria que nas posições a apresentar junto da Câmara Municipal de Lisboa nesta matéria, e outros interlocutores que eventualmente tenham que ser contactados, a questão da segurança das pessoas e bens, em especial de crianças, deve também ser salientada.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, queria usar da palavra? Não? Pronto, está, então, com as ressalvas e reservas feitas, e com o meu compromisso de solicitação de empenhamento público, e em ata, para que sejam introduzidas e melhoradas, de acordo com as sugestões que foram feitas pelo membro da Assembleia do Partido Socialista, Teresa Almeida, as futuras atas, sem prejuízo de que esta folha de rosto será sempre suscetível de ser incluída em qualquer documento, uma vez que é factual, não tem muita interpretação.

Ponho à votação a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é o **Ponto n.º 4**, Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2019.

Se quiser partilhar com a Assembleia, poderá fazê-lo já. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Muito obrigada.

Penso que a questão que se passa aqui é a seguinte: não houve por parte do Executivo da Junta de Freguesia a consulta à Oposição, da qual o Partido Socialista faz parte – penso que o Partido Comunista também não teve esse mesmo procedimento, mas isso agora não interessa, interessa o Partido Socialista – que de acordo com o que está aprovado no Estatuto do Direito de Oposição, nós deveríamos ter sido consultados sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento, e ser-nos dado o direito de podermos também contribuir e apresentar sugestões para integração neste mesmo documento. Acontece que, no ano passado, esse princípio foi seguido, o Partido Socialista foi convidado a estar presente numa reunião, a apresentar as suas propostas e sugestões, o que fez, e até houve algumas que foram consideradas. Portanto, esse procedimento foi feito corretamente, e penso que foi útil para o enriquecimento do documento ter havido essa participação.

Neste caso concreto, não foi feito, e portanto, nós entendemos que este ponto não deve ser posto à consideração desta Assembleia, e que deve ser dada essa oportunidade, porque é um direito constitucionalmente atribuído, e efetivamente, não é pelo facto de nos terem sido enviados os documentos com a antecedência que é obrigatória para todos os membros, e penso que foi para todos os membros, e só os Partidos que não têm funções executivas é que devem ter uma situação especial, essa situação não ocorreu, e nós entendemos que não está cumprido o disposto na Legislação.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Enfim, talvez antes de tomarmos alguma decisão sobre essa mesma matéria, talvez dar a palavra ao Sr. Presidente de Junta, para saber se tem alguma explicação ou esclarecimento a dar em relação a esta questão levantada pelo Partido Socialista.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, falhei. Também sei dizer quando falhei, falho várias vezes também, mas infelizmente falhei agora numa coisa grave, que eu peço desculpa, porque só se percebe as condições em que temos andado a trabalhar – isto não interessa, mas pronto, quatro, cinco da manhã, têm sido uma loucura estes

últimos dias. E de facto, não tive intenção nenhuma de esconder nada. Não, foi mesmo um lapso, foi um lapso grave, e eu peço desculpa, porque falhei. Não quero estar a desculpar-me, mas falhei, pronto, tem sido uma loucura a minha vida, e realmente falhei, esqueci-me do Estatuto da Oposição. O subconsciente foi enviar o mais rapidamente, cumprindo o prazo legal, a documentação para a Assembleia, e esqueci-me, de facto, disso, de que devíamos ter tido uma reunião previamente à aprovação do Executivo, com todas as forças políticas, para debater de uma forma saudável, ouvir também as coisas ??? também avançaram. É o ideal, é assim que temos que fazer, ??? da política, e realmente fazermos coisas melhores em prol da população. Foi um mero lapso, não houve nenhum ânimo da minha parte contra isso. Estou muito aborrecido com isso e, de facto, peço desculpa, não volta a acontecer, de nenhuma forma. É evidente que foi um lapso, senão não tinha da última vez feito essas diligências, e aliás, até correram muito bem as reuniões, como sabem. Já estive a ver isso há bocado, quando me falaram que tinha havido esta falha, só há bocado é que reparei que tinha tido essa falha. Esqueci-me, já são sessenta e dois anos, não sei. Aconteceu, não vai acontecer mais.

Agora, o que eu lhes peço é que, se quiserem, para evitar ficarmos aqui penalizados todos por mim, que assumo a cem por cento, para mim é como o outro. Mas, de qualquer forma, por mim, estava disposto a ouvir as vossas sugestões, e se fossem compreensivos, para não estar a penalizar os outros membros da Assembleia, que não tiveram culpa, o único culpado aqui foi o Presidente da Junta. Para não estar agora a penalizar toda a gente, a única coisa que posso fazer é ser recetivo a algumas sugestões que vocês façam também, tentarmos incluir, e isto ser aprovado com a condição de vermos se existem mais algumas sugestões para meter no programa, como é evidente, em coisas em que estejamos todos de acordo. Já aconteceram situações idênticas, por exemplo, na Freguesia de Santa Clara, em que ao PS também lhe aconteceu isso, mas, na altura, fizeram a votação – desde que estejam de acordo, podem fazer a votação. E aqui assumo a minha culpa, aconteceu, desculpem lá. Não tinha lógica nenhuma, da última vez fizemos. Isto é uma coisa muito desagradável, eu sei, e por isso mesmo é que eu peço que reconsiderem isso. E vamos tentar, de uma forma construtiva, ouvir algumas situações vossas, e tentar eventualmente, se tivessem sugestões para encaixar – aliás, com algumas destas, com certeza que vocês até podem concordar, como é evidente, eu acredito que nestas coisas é possível encontrar acordos e objetivos que vão de encontro às nossas ideias. Estou a dizer que já houve precedentes, nomeadamente a Freguesia de Santa Clara, que é uma freguesia, aliás, do PS, o PS não aplicou o Estatuto, e houve a votação, e isto foi feito. É desagradável, é chato, mas pode acontecer, desde que estejam de acordo. Estamos no final de dezembro, e a aprovação tinha que ser feita ainda este mês. É só por causa disso, mas peço desculpa.

Presidente da Mesa: Isso está esclarecido, e enfim, chegámos a este ponto, a questão parece-me muito óbvia e muito evidente. Ou seja, o Partido Socialista levanta uma questão a propósito, o Sr. Presidente responde dizendo que se tratou de um lapso, e eu acho que só temos dois ou três caminhos possíveis a seguir: um caminho será ouvir o Partido Socialista aqui, durante a Assembleia, e o Executivo dirá, ou não, se tem disponibilidade de incluir alguma sugestão do Partido Socialista que ache que possa ser incluída aqui; a outra, que seria mais penosa, seria

interromper os nossos trabalhos por uns minutos, para que essa reunião pudesse ocorrer, e retomávamos a seguir; a terceira hipótese será, se o Partido Socialista mantiver a sua posição, aquela que foi apresentada ainda agora, será obviamente não votar este ponto hoje, como é da Lei, mas teríamos, nesse caso, ainda de ter uma Assembleia, e ainda este ano, para discutir e aprovar esta matéria. Enfim, por mim, estarei cá até ao final do ano, e não moro longe, e portanto, não tenho problema nenhum com isso. Não sei se haverá incómodo, ou não, para alguns dos membros da Assembleia de Freguesia. No fundo, é este o ponto da situação.

E com este ponto de situação, eu devolvo a palavra ao Partido Socialista, sem prejuízo de ouvirmos também a representante do Partido Comunista.

Teresa Almeida (PS): Agradeço a explicação e a sinceridade do Sr. Presidente, não é habitual, mas acho que, muito francamente, é assim que as coisas devem ser tratadas. Nós pedíamos apenas um minuto para tomar uma decisão, e para podermos responder sobre qual é a nossa posição.

Presidente da Mesa: Muito bem. Vou dar a palavra só à representante do Partido Comunista, e a seguir interrompemos durante cinco minutos. Isabel Lopes da Silva.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Perante esta questão que a Teresa coloca ao Sr. Presidente, eu estou chocada, porque o convite não foi feito à Oposição, ou seja, ao PS, e nós também não fomos convocados, foi esquecimento. É muito diferente, mas nós pertencemos a um conjunto – eu vou dizer uma palavra que não se deve dizer, que é à “geringonça”; é uma palavra feia, mas tem o seu lado bom, e ela tem que permanecer, continuar sempre, durante muito tempo. Sim, não se admirem, é assim, todos os dias lutamos duramente para que tudo se mantenha para melhor, e portanto, não se admirem. Nós não estamos a dormir, como devem calcular, trabalhamos muito de noite também, quando sair daqui vou trabalhar para casa, para o computador, para o estrangeiro, que isto está tudo interligado.

Mas, é assim: a Teresa põe a questão que não foi comunicada à Oposição a colaboração para a realização do Orçamento. No ano passado, terão comunicado ao Partido Comunista para estar presente? Eu não me lembro. É isso que me magoa, como devem calcular. Pronto, este ano está explicado, houve um lapso, um esquecimento. Este ano foi, o ano passado não sei, é essa a questão que eu ponho. E se aconteceu, é muito feio e muito grave, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, eu acho que este incidente – peço desculpa, eu não quero cortar a palavra a ninguém, mas eu acho que o incidente está blindado. Há um pedido do Partido Socialista para uma breve interrupção para que seja tomada uma decisão. Mas, Sr. Presidente, faça favor.

Presidente do Executivo: Muito rápido: não, no ano passado todos foram convocados. E aceitámos várias recomendações do PCP também. Este ano, era errado que tivesse sido convocado um Partido da Oposição, e não tivéssemos convocado um outro Partido da Oposição, isso era o mais grave. Não, foi um mero lapso para com os dois, para com toda a Oposição. Foi um lapso que não volta a acontecer. Eu não sou como os outros, que dizem que nunca falham; falhei várias

vezes. Sabe por quê? Porque faço também muita coisa, e por isso falho muitas vezes, não tenho problemas de dizer que falho. Agora, este ano, com certeza, não recebeu, como os outros também não receberam. Isso é que era grave.

Presidente da Mesa: Então, está explicado, Sr. Presidente. Estão interrompidos os trabalhos por um minuto, como o Partido Socialista tinha pedido.

(Interrupção dos trabalhos)

Presidente da Mesa: Pedia a todos que retomassem os seus lugares. Estamos em condições de reiniciar os nossos trabalhos. E dou obviamente a palavra, uma vez que a questão foi levantada pelo Partido Socialista, à Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nós pedimos esta pausa, como compreende, a situação configurava-se com alguma importância, e uma decisão que iria penalizar também todos os presentes. Nós resolvemos reconsiderar e, portanto, permitir que o ponto seja apreciado.

Obviamente que gostávamos que ficasse presente esta vontade de democraticamente podermos participar mais nestes aspetos e nas componentes relevantes da freguesia, que não são só nestes momentos, mas outros também em que gostaríamos que houvesse essa compreensão e esse direito a que todos tenhamos capacidade de nos podermos fazer representar.

Aquilo que sugerimos é que nos primeiros dias de janeiro, o Sr. Presidente promova uma reunião connosco – não sei se também com o Partido Comunista, ou em separado, isso depois será pensado – em que nós traremos, então, as nossas propostas. Obviamente que temos presente a relevância da questão da educação, a questão da intervenção nos equipamentos da freguesia, a questão da segurança e a questão da limpeza. Será dentro destes temas, mas gostaríamos de os poder apresentar de uma forma mais construtiva e explícita. E portanto, ficaria aqui, se o Sr. Presidente concordar, o seu compromisso de que nos primeiros dias de janeiro promoveria esse encontro, e que depois lhe desse o andamento que desejarmos ver considerado também nas nossas posições.

Relativamente à participação hoje nesta discussão, não o vamos fazer, porque não era essa a intenção. Penso que, de qualquer maneira, a maioria terá condições de fazer a apreciação dos documentos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Quanto aos outros Grupos, pergunto se mais alguém quer intervir neste ponto. Não havendo mais intervenções, creio que estamos em condições, então, de passar à discussão, registando eu, como Presidente da Mesa, a posição e a forma democrática como, com as explicações de um lado e tolerância do outro, foi possível ultrapassar esta situação. Penso que o Sr. Presidente aceita este compromisso da reunião no início de janeiro, a reunião será feita. E chamo a atenção também que nós aprovámos aqui hoje também uma reunião extraordinária

da Assembleia de Freguesia para o início do ano, que tinha como ponto essencial o relatório sobre as escolas, mas obviamente que pode ter outros assuntos, e obviamente pode retomar, por assim dizer, a sequência dessa mesma reunião, e eventuais acertos em termos de atividades que poderão surgir dessa mesma reunião. Podemos aproveitar essa oportunidade, de forma útil, para ser depois dessa reunião, que fará sentido, neste caso, depois dessa reunião.

Para apresentação do ponto da ordem de trabalhos, ou seja, o Ponto n.º 4, dos documentos previsionais (Orçamento, Norma de Execução, GOP's, Plano de Atividades, PPI e PPA, e Mapa de Pessoal), dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Ribeiro Rosa.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, público em geral:

Mais uma vez, peço desculpa por todo este ambiente que criei, por minha culpa, não volta a acontecer. Muito obrigado pela vossa compreensão também. Para mim não é nada penoso recebê-los, gosto de debater com toda a gente, nomeadamente com a Oposição, porque é daí que nascem as ideias, é com base nessas diferenças de pontos de vista. Nós não somos inimigos; somos adversários, na política é normal, mas não temos que nos dar mal, aliás, até pelo contrário, temos que sentir alguma solidariedade, porque estamos todos aqui a trabalhar para o mesmo. E por isso mesmo, não é nada penoso para mim recebê-los, e até tem sido um prazer, como sabem, estar com vocês, e ouvir. Agora, obviamente, vamos ver o que é que se pode encaixar e o que é que não se pode encaixar, não vamos aceitar tudo. Iremos falar, mas eu estou convencido de que nas grandes linhas, nós estamos de acordo em muitas coisas. Acho que a este nível, estamos de acordo em muitas coisas.

Quanto ao Plano de Atividades, estão aí as linhas globais, isto é a continuação. Nós vamos tentar este ano de alguma forma institucionalizar mais toda esta orgânica da Junta de Freguesia, depois de termos integrado nos quadros várias pessoas, também os precários (não só, mas também), e fizemos um esforço para dar melhores condições de trabalho aos nossos funcionários. Continuamos com a situação das instalações da sede por resolver ainda, temos esperança de tentar resolver. Pedimos à Câmara se nos podia dar as instalações da SRU, que abandonaram há pouco tempo, que dava algum jeito aos nossos serviços. Ainda não recebemos a resposta, mas penso que até ao final da reforma administrativa da Câmara, não vão abrir mão de instalações – são as informações que eu tenho, não oficiais, mas pronto. Mas, estamos a avaliar isso, porque realmente queremos dar melhores condições de trabalho aos nossos funcionários.

Agora, quanto a esta questão, estão aí as grandes linhas do nosso Orçamento. Quanto ao Orçamento, isto é, os meios que nós temos para aplicarmos essa política, na receita, para o apuramento de valores para colocar na receita seguiram-se as regras definidas no POCAL. Apresentamos esses cálculos, para melhor se compreender como se chega a esses números.

A receita prevista para o ano de 2019 é de quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e nove euros (4.768,669€), um valor muito ligeiramente superior aos quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e catorze euros (4.757.814€) que constavam do Orçamento inicial para 2018 – cerca de dois por cento (2%) mais. Na receita, importa realçar que se prevê um crescimento da receita própria na ordem de um vírgula nove por cento (1,9%), um valor que volta a ser superior ao da taxa de crescimento global da despesa. Ainda não se incluem aí os protocolos de delegação de competências, os contratos interadministrativos, dado que ainda estão em negociações com a Câmara Municipal de Lisboa, não estão concluídos. É natural que no decorrer deste ano tenhamos alguns contratos de delegações de competências, nomeadamente para investimentos – posso-vos falar, por exemplo, para a zona ribeirinha, todo aquele relvado está obsoleto, o sistema de rega está muito para baixo, com vários problemas, e é um sistema já muito antigo, já não compensa, tem que se fazer um sistema novo. E eventualmente vamos ter um contrato de delegação de competências para isso.

Na despesa, o crescimento mais relevante é o das transferências correntes, resultado do reforço dos apoios às famílias, às escolas e às coletividades, como é normal. Em geral, os valores da despesa acompanham a execução orçamental que se tem verificado no ano de 2018. Voltamos a apresentar normas regulamentares de execução do Orçamento, e este documento agrega as disposições gerais relativas às operações de arrecadação de receita e à realização das despesas, ao movimento das operações de tesouraria e às respetivas operações ??? e responsabilidades da autarquia, e atende aos mecanismos decorrentes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. É um documento que terá de ser adaptado no início do ano para a nova Legislação, se o SNC-AP entrar em vigor. Hoje, estamos no dia 18, e ainda não sabemos se o SNC-AP vai entrar em vigor no dia 1 de janeiro – se alguém souber alguma coisa, diga, mas nós ainda não sabemos como é que é, se continua com o POCAL, se é o SNC-AP.

Em conclusão, este é um Orçamento que pretende ser rigoroso, com as condicionantes já explicadas, e que constitui a afirmação financeira do Plano de Atividades.

Não podemos terminar sem deixar de lembrar que o Orçamento *per se* não representa toda a atividade da Junta, pois muito se faz sem que para tal seja necessário despender qualquer verba – isso é o dia a dia também, e graças também ao trabalho de muitos voluntários que nós temos, que em diversos domínios nos ajudam a desenvolver a nossa atividade. Portanto, quero agradecer também todo o trabalho dos nossos funcionários, mas de uma forma também muito sentida quero agradecer aos voluntários, porque são muito importantes nas nossas atividades, nos diferentes domínios. Ainda há poucos dias, tivemos a alegria, não sei se viram, de termos um Presidente da República no Dia Internacional do Voluntário a vir visitar o ReFood de Belém – que para nós é um projeto emblemático, ficou com umas instalações que nós cedemos, as instalações, a água, a luz – e que permite, de facto, matar a fome a muita gente, quer de Belém, quer da Ajuda – que na Ajuda não existe ReFood. E foi um prazer ver o Presidente da República a servir as pessoas ali, como se fosse um simples cidadão, e depois achou que, mesmo assim,

ainda faltava fruta, e foi lá comprar fruta para oferecer, do bolso dele, fruta para o Refood. Isto é realmente um exemplo muito grande, para as pessoas verem que na política também há pessoas sérias. Atenção, eu acho que há mais gente séria do que gente que não é séria, mas geralmente o que vem à baila são sempre os que não são sérios. Mas, de facto, é sempre um bom exemplo, isto que nós vamos assistindo, com o nosso Presidente da República, que tem a sua residência oficial aqui na nossa freguesia. E de facto, foi um prazer tê-lo aqui, a ver o nosso Refood, e os imensos voluntários que nós temos lá, que dão várias horas do dia para estar a prestar um apoio ao próximo.

E de uma forma geral, era isto. Isto é o prolongamento do que nós temos estado a fazer. Sem qualquer sombra de dúvida, a nossa prioridade é sempre a ação social. É o número um, é o setor mais importante que nós temos. E quando falo em ação social, falo nela, propriamente dita, e falo também na parte da educação, que está tudo interligado. E é realmente uma componente bastante importante, talvez cerca de meio milhão de euros (500.000€) que nós investimos nestas áreas. Depois, tudo o que é espaço público, higiene urbana, são situações bastante importantes, que também têm a ver com o nosso meio ambiente e com a qualidade de vida.

E numa freguesia destas – eu não vou dizer: “O que é que os turistas depois vão dizer?” É claro que me preocupo com isso, mas preocupo-me mais com as pessoas que vivem na freguesia. Essa história dos turistas, o que eles veem, e dizem, e tal, preocupa-me mais as pessoas que cá estão a viver, que podem sentir-se de uma forma desagradada, ou por verem lixo na rua, ou por as coisas não estarem em condições. Obviamente que também me preocupo com os turistas, mas preocupo-me mais com as pessoas que vivem aqui, e que estão cá no dia a dia, como é lógico. Agora, temos que ter em linha de conta que, de facto, somos uma freguesia bastante turística, e que durante o dia temos muito mais gente aqui do que a população residente. Mas, isso faz parte da nossa atividade no dia a dia, e vamos tentando, com os meios que temos, e tentando aplicar um euro (1€) melhor aplicado do que a Câmara aplica, e muito mais do que a Câmara aplica, um euro (1€) que o Governo Central aplica. E o Terreiro das Missas foi um bom exemplo que demos.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, pergunto aos diversos Grupos se alguém quer intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Não há inscrições? Não havendo inscrições, penso que podemos passar, então, à votação.

Só uma nota minha, antes de passar à votação, sobre o que estava a dizer o Sr. Presidente ainda agora, que é que me estava a lembrar de uma coisa, em tempos que já lá vão, há muitas reencarnações atrás eu tinha funções na área do turismo. E há uma máxima que me ficou daquela altura, que me parece uma ideia importante, que tem a ver com aquilo que o Sr. Presidente estava a dizer, que é: normalmente, nos sítios, nos locais, se as pessoas que lá vivem gostam de lá viver, os outros também gostarão de visitar. E portanto, essa é uma boa regra e é uma boa máxima, porque se os que lá estão não gostam de lá estar, é difícil que os

outros gostem de visitar. Isto é só um aparte, não quero, obviamente, interferir na discussão, mas lembrando disso pelo que o Sr. Presidente estava a dizer.

Passo para a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Voto contra do Partido Comunista, abstenção do Partido Socialista. Quem vota a favor? Os representantes do Partido Social Democrata e do CDS-PP. Portanto, está aprovado, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, a abstenção do Partido Socialista, e o voto contra do Partido Comunista.

Vamos entrar agora no **Ponto n.º 5**, uma apreciação e ratificação de um conjunto vasto de protocolos e adendas a protocolos. Tendo em atenção, como se costuma dizer, o próprio adiantado da hora, eu sugeria, se estivessem de acordo, que caso o Executivo queira fazer uma apresentação específica, que o diga, em qualquer um dos pontos, e peça a palavra; caso algum dos Grupos e dos membros da Assembleia tenha dúvidas ou queira explicações de algum dos pontos, sinalize à Mesa, e possa fazer o pedido de esclarecimentos. Se não houver dúvidas, iremos seguindo a votação, e portanto, escusamos de estar a abrir a discussão em todos os pontos, porque alguns deles poderão ser consensuais, como tem acontecido, aliás, em outras reuniões. Não há inconveniente de seguir este método.

E portanto, temos o Ponto n.º 5.1, Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Agrupamento de Escolas do Restelo – AEC's. Não havendo pedidos de intervenção, está à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Está aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.2, Adenda ao Protocolo de Colaboração da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2017-2018. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 5.3, Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Apoio à Família para o ano letivo 2017-2018. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada também por unanimidade.

Ponto n.º 5.4, 2.º Aditamento ao contrato de comodato de entrega de imóveis municipais. Não há pedidos de intervenção. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.5, Contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém – Parque Moinhos de Santana.

Pediu a palavra Fernanda Santos.

Fernanda Santos (PS): Gostaríamos de saber qual é que é o futuro, então, que a Junta está a considerar para um espaço que agora vai passar a gerir, se é uma gestão que será atribuída à própria Junta de Freguesia, ou se há intenção de alguma concessão a terceiros, ou efetivamente, sendo a Junta a fazer a gestão deste espaço, qual é que é a intenção que se pretende desenvolver no mesmo.

Presidente da Mesa: A D. Isabel Lopes da Silva quer pedir esclarecimentos também. Pode fazê-lo agora, e o Sr. Presidente responde no fim, parece-me melhor.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Obrigada, Sr. Presidente.

O Parque dos Moinhos de Santana é um espaço verde, de lazer, para a cidade, não é um jardim de bairro. E portanto, eu gostaria de saber o que é que o Executivo da Junta de Freguesia pensa, se vai considerar este espaço como da cidade, ou como da freguesia. Era isso que eu queria perguntar. É um espaço para a cidade, é grande, é um espaço que não é um jardim de bairro como aqueles que há ali. É um jardim da cidade, é um espaço importante verde, de lazer. E eu gostaria de saber o que é que o Executivo considera.

Presidente da Mesa: Muito bem. Não há mais pedidos de esclarecimento relativamente ao destino do Parque dos Moinhos de Santana. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Obrigado, Sr. Presidente.

O Parque dos Moinhos de Santana é um dos espaços que, por força da reforma administrativa de Lisboa, foi passado para a Junta de Freguesia, a sua manutenção e a sua gestão. Mas, tinha ficado esquecido na Câmara ??? estava incluído, mas ??? a cafetaria, que é a única coisa que dá receitas naquele espaço. Tudo o resto é só despesas, e a única receita, era a Câmara que recebia. Nós achámos que era uma injustiça. O Vereador Sá Fernandes agarrou-se àquilo com unhas e dentes, dizia que aquilo era um quiosque. Aquilo não é um quiosque, tem alvenaria, tem tijolo, aquilo não é um quiosque. E pronto, fizemos isso junto do Presidente Medina, ???, foi demorado, mas finalmente conseguimos que, com esta figura de delegação de competências, ficássemos com esse espaço. Em termos práticos, vamos ter que aceitar a pessoa que lá está, que, aliás, é um bom empresário, está a fazer um bom trabalho, mas vamos ter que o aceitar. Obviamente que temos que estar atentos a mais alguns componentes do contrato, algumas situações que nós já detetámos que podem ser melhoradas, mas, na prática, o que vai acontecer é que a renda, em vez de ser paga à Câmara, vai ser paga à Junta, e somos nós que fazemos a gestão daquilo, e as despesas. Não era justo que aquele bocadinho, que é a única coisa que dá alguma receita, continuasse para a Câmara. Neste momento, vai passar a ser nosso. É só isso.

O Parque dos Moinhos de Santana é um parque urbano da cidade de Lisboa, mas claro que como está na Freguesia de Belém, é um parque da freguesia, e temos uma grande responsabilidade ao tê-lo sob a nossa manutenção. Até gostaríamos de tentar, num futuro breve, melhorar aqueles moinhos, pelo menos um deles, pô-lo mais ou menos completo, para que passe a funcionar. Mas, é um bom parque da cidade, como é lógico.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como vizinho e frequentador do parque, chamo só a atenção também, para que fique em ata, que alguns dos equipamentos carecem já de reparação. É só um

pequeno detalhe do Parque dos Moinhos de Santana, alguns equipamentos carecem já de reparação e manutenção. Fica só a chamada de atenção, porque sou, de facto, vizinho frequentador regular do Parque Moinhos de Santana.

Passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.6, Acordo anual de parceria com o Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém. Não havendo pedidos de palavra, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.7, Contrato-programa de atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

Pedido de palavra do Partido Socialista.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite novamente.

Era só para referir que sobre os protocolos, todos os que estão aqui mencionados, relativamente aos protocolos entre a Junta de Freguesia e o Agrupamento de Escolas do Restelo, nós não vamos fazer qualquer tipo de comentário, porque não teria muita lógica, uma vez que vamos debater todos estes aspetos na tal reunião, na Assembleia Extraordinária que vai ser feita em janeiro. E portanto, nessa altura discutiremos, com certeza, a melhor forma de poder falar sobre esta parte, que era importante. Não nos parece nada de mal estes protocolos, antes pelo contrário, parecem-nos bastante positivos, mas, de qualquer das maneiras, sobre esses assuntos iremos falar, com certeza, depois nessa Assembleia, conjuntamente, em termos de uma comissão que foi constituída e que foi muito positiva para o desenvolvimento desta temática da educação nesta freguesia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Passamos, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado também por unanimidade.

Ponto n.º 5.8, Protocolo com a SMIL – Apoio às aulas de *ballet*.

Faça favor, Isabel Lopes da Silva.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber, ou nós gostaríamos de saber, quantos alunos beneficiaram, ou beneficiarão deste programa de *ballet*, e quem é o professor, ou professora. Nós não sabemos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para prestar esclarecimentos, passo ao Executivo.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Este é um projeto muito antigo, até lhe posso dizer que até já existia este projeto, salvo erro, antes de eu cá estar, há muitos anos. Sempre vi lá a Prof.^a Marlene, uma senhora já com uma certa idade, mas com uma dinâmica fantástica. A Prof.^a Marlene é que dá aulas de dança às meninas e a alguns meninos (mais meninas). Agora, a Prof.^a Marlene já está há muito tempo. Nós temos lá ido sempre assistir às aberturas desta iniciativa ??? no Só-Li-Dó, que é Sociedade Musical Instrução Libertada, Só-Li-Dó. E portanto, nós temos cumprido o nosso compromisso de apoiarmos esta atividade, que é única na freguesia, *ballet*, que é um bocadinho mais erudita, mas também é importante termos um pouco de tudo, nas coletividades. E realmente, há muitas pessoas, são cerca de vinte e tal pessoas a fazer *ballet*, mas é interessante.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Passamos, então, à votação do protocolo de apoio às aulas de ballet com a SMIL. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.9, Acordo de Parceria no âmbito do Projeto – Os media, o mundo descodifica-te. Não há pedidos de palavra. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade este acordo de parceria.

Ponto n.º 5.10, Protocolo com o Agrupamento de Escolas do Restelo para utilização da Piscina Municipal do Restelo – tema que foi aqui muito debatido em reuniões anteriores.

Há um pedido de palavra de Fernanda Santos.

Fernanda Santos (PS): É uma palavra simples, mas para felicitar o Executivo por ter acedido a esta vontade que era já manifestada, não só aqui em Assembleia, mas principalmente pelas escolas, de facultar a utilização das pistas suficientes – penso que agora serão duas pistas que a escola vai ter à sua disposição, com um desconto de cinquenta por cento (50%), que penso que terá sido negociado com a própria escola, e que será uma vantagem para a prática desportiva. E atendendo a que há, efetivamente, receitas substanciais por parte das piscinas, na ordem quase de meio milhão (500.000€), e que se justifica plenamente, assim sendo, que a escola também possa beneficiar, e os alunos da freguesia, deste equipamento.

Presidente da Mesa: Faça favor, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Nós temos a piscina mais ou menos estabilizada do ponto de vista da gestão, porque temos essa receita, mas temos muita despesa. E temos casos complicados aqui, quer com o Belenenses, quer por causa de termos duas piscinas nesta freguesia que foram à falência. E se não temos muito cuidado, acontece a mesma coisa com esta, são montantes muito elevados. De maneira que estamos a apoiar o Belenenses, estamos a apoiar a Casa Pia e várias escolas, com condições preferenciais de cinquenta por cento (50%), mas querem, por vezes, cem

por cento (100%) gratuito. E calma, que este contrato aqui não é totalmente gratuito, é cinquenta por cento (50%), e eles têm que cumprir o contrato que ambas as partes estipulam. E portanto, quando ambas as partes estipulam, há obrigações, como há direitos para ambas as partes. Esperemos que a escola cumpra a sua parte, porque nós vamos cumprir a nossa. Agora, não podemos estar a ceder aqui sem receber dinheiro.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade o protocolo com o Agrupamento de Escolas para utilização da Piscina Municipal do Restelo.

Ponto n.º 5.11, Protocolo de Colaboração da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2018-2019. Não havendo pedidos de palavra, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado também por unanimidade.

Ponto n.º 5.12, Protocolo de Colaboração das Atividades de Apoio à Família para o ano letivo 2018-2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.13, Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses”.

Pode, Sr. Presidente, se faz favor.

Presidente do Executivo: Nesta matéria, também vos quero dizer que, como é evidente, não somos indiferentes, independentemente dos clubes, aqui trata-se do Belenenses, mas pronto, mas independentemente dos clubes, é uma grande instituição desta freguesia e da cidade de Lisboa, mas o Belenenses vai fazer cem anos para o ano. E eu tive a oportunidade, no outro dia, de lá estar na apresentação das festividades que estão a ser preparadas, as diferentes comemorações dos cem anos do Belenenses. Obviamente que nós vamos apoiar, na medida do possível. E também lhes posso dizer que agora, neste momento, resolvemos apoiar a deslocação da equipa do Belenenses a Valladolid, onde vai jogar a Taça Ibérica, que é entre o campeão nacional português e o campeão nacional espanhol, em rugby, e estavam um pouco atrapalhados, e de facto, nós resolvemos agora apoiar a deslocação através do financiamento da camioneta para eles se deslocarem lá. Mas, vão haver mais apoios. Isto é uma espécie de um chapéu para mostrar a boa colaboração que existe entre ambas as partes, Junta de Freguesia e Clube de Futebol “Os Belenenses”, que ainda por cima, como sabem, está numa situação que não é fácil, porque há agora a SAD, que é um outro clube, mas o CF “Os Belenenses” está, em futebol, na 3.ª Divisão Distrital, e está a fazer um campeonato com muita dignidade, e está a bater-se. Mas, para além do futebol, há outras modalidades, o Belenenses é muito conhecido pelo seu ecletismo, e o desporto pelo desporto. E nós não temos desporto escolar, e portanto, ??? para darmos desporto escolar a sério. E por isso, darmos valor a estes clubes que realmente se envolveram muito na atividade desportiva, como, aliás, o CIF também, também aqui na nossa freguesia, que também dá um apoio importante ao desporto. Mas, neste

caso concreto, fizemos este chapéu agora, como são os cem anos do Belenenses, para apoiarmos algumas situações em que eles estejam a precisar dos apoios, em várias modalidades, e portanto, achamos que é importante haver este chapéu, este protocolo de colaboração, e depois, nas atividades concretas, irmos apoiando, como neste caso concreto da deslocação da equipa de rugby.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pelos seus esclarecimentos, Sr. Presidente.

Passo, então, à votação deste protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses”. Quem vota contra? Quem se abstém? A 2.ª Secretária não vai participar da votação, informa que é membro da Direção do rugby do Belenenses. Eu acho que não há nenhum impedimento de participação na votação, fica declarada a existência desse interesse específico, por assim dizer, mas penso que não há, do meu ponto de vista, impedimento na votação.

Portanto, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5.14, Protocolo com Fitosistema.

Há um pedido de palavra de Fernanda Santos, por favor, do Partido Socialista.

Fernanda Santos (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, um protocolo com a Fitosistema, uma empresa? Gostávamos de conhecer melhor os contornos desta colaboração, ou melhor, deste protocolo com uma empresa. Já sabemos que tem um problema com os herbicidas, que vai resolver com recurso à cooperação com esta empresa, que eu presumo, mas talvez levianamente, que depois fará a aquisição do mesmo produto à empresa que presta esta consultadoria no âmbito deste protocolo. Gostaríamos de ter esclarecimentos sobre este processo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, para prestar esclarecimentos.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, isto aqui foi mesmo um protocolo para rei ver. Eu queria especificar isto melhor, mas depois já não dava tempo. Isto é um protocolo ??? é um apoio técnico. O que é que se passa? Este produto está homologado cá em Portugal, a Fitosistema é que representa essa empresa belga cá. Já têm contatos com Oeiras, em Lisboa não tinham ainda, a não ser na parte dos espaços verdes, não dos resíduos sólidos urbanos, mas dos espaços verdes da Câmara. ??? um engenheiro dos espaços verdes, fez uma experiência, com resultados muito positivos. E portanto, neste caso concreto, o que é que ficou combinado? Foi que eles vão fazer, nesta parte aqui do centro de Belém, em frente aos Jerónimos, aquela parte toda de Belém Histórico, vão-nos fazer uma amostra completamente gratuita em várias partes do Belém Histórico, em que nós não vamos pagar nada. E depois, em princípio, vamos tentar começar a utilizar este

produto, mas com base nos pareceres que temos, de apoio técnico desta empresa, que nos vai dizer ??? como é que aquilo deve ficar no local, por isso é que ainda não avançámos isso, primeiro com um protocolo, que tem sempre que ser ratificado pela Assembleia. Vamos lá ver, isto até era um ato meramente administrativo, no meu entendimento, e nem precisaria vir à Assembleia – o protocolo sim, que é o chapéu, mas o ato administrativo de contratarmos uma empresa para fazer esse tratamento, não necessitaria disso. Mas, quisemos fazer este protocolo, porque também deu visibilidade, eles pediram-nos isso, para nós também darmos visibilidade, que também é importante, porque estamos a solucionar um problema que ainda há bocado falámos aqui, que é grave, que são estas constantes ervas a nascerem, e realmente temos agora aqui, finalmente, um produto que se pode utilizar, que está testado, e em que, de facto, vamos ter apoio, tanto financeiro, nesta primeira parte, e depois técnico, para conseguirmos utilizar, porque isto é um produto químico, tem várias misturas, tem que se ter depósitos destes produtos, tem que estar tudo em condições técnicas adequadas, e é todo esse apoio que eles nos vão dar. E portanto, muito em breve, se isto for aprovado, como eu espero, iremos começar a trabalhar com esta empresa na freguesia, e depois vemos os resultados, como é que isto há de correr no Belém Histórico.

Presidente da Mesa: Fernanda Santos, faça favor.

Fernanda Santos (PS): Se me permite, não sei se é possível ter mais esclarecimentos, mas pelo menos eu coloco as minhas dúvidas. Pode-se fazer com uma empresa uma contratação. Protocolos? ??? termo do protocolo com a empresa, talvez o valor não seja suficiente para se aplicar as regras de contratação pública, não sei, desconheço efetivamente. Mas, acho estranho haver um protocolo com uma empresa para uma demonstração gratuita. Isto é o que todas as empresas também gostariam de fazer, demonstrações gratuitas, em que depois houvesse como contrapartida a aquisição do seu produto. Estou a falar sem saber, e por isso peço os esclarecimentos. Esta é, de facto, a única empresa que existe no mercado que conhece este produto? Não há outras empresas no mercado, para ver se são mais vantajosas em termos do próprio produto, ou em termos de preço, eventualmente?

E depois, referiu que vai existir um apoio financeiro, para além do apoio técnico, um apoio financeiro. Mas, pareceu-me que o Sr. Presidente tinha referido que haveria apoio financeiro. Se me permite ainda, voltar a referir e a frisar que me parece estranho este protocolo com uma empresa.

Presidente da Mesa: Pode, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Não, vamos lá ver, quem pediu isto, para fazermos este protocolo, foi mesmo a Câmara de Comércio Luso-Belga, porque precisavam de ter uma série de entidades, entre elas universidade, empresas ??? eramos trinta e quatro, ou trinta e três entidades que celebraram acordos com eles, com a presença ???, para mostrar o envolvimento de empresas belgas com entidades portuguesas, assim como estiveram as Universidades Católicas, as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, e por aí fora, nós estivemos lá a fazer isso. Agora, não estamos aqui a contratualizar nada; isto é um chapéu, mais ou menos como aquele

do Belenenses, há bocado, também. Portanto, aquela camioneta para apoiar o Belenenses, são as regras de contratualização pública. E aqui vai ser a mesma coisa. Por acaso, não há outras empresas. E depois, são os modelos técnicos de contratualização pública, que estiveram a ver com essa situação, isso vai ser aferido na altura. Mas, que eu saiba, neste momento, não há ninguém em Portugal que possa existir para este tipo de situação. ??? são coisas que são muito específicas. Mas, de qualquer forma, na altura eles vão saber isso. Agora, não é isso que estamos aqui a fazer neste momento. Agora, aprovando isto, estamos a aprovar a empresa para começarmos a trabalhar. É um chapéu que queremos fazer neste momento. A empresa, como é evidente, isto não é uma autorização, uma adjudicação. Isto não é uma adjudicação; isto é um chapéu, um protocolo de colaboração. E se lerem bem, é com consultadoria, vão-nos apoiando neste aspeto. Pode parecer um pouco ridículo, mas, de facto, foi no próprio dia que eu, às tantas, tentei que eles especificassem um pouco isto ??? está muito difícil neste momento. Isto é mesmo um chapéu, tudo bem. Mas, como é um protocolo, nós temos que trazer aqui. Agora, se for aprovado, como é evidente, depois, quando avançarmos para aquela situação, todas as regras de contratação pública têm que ser tidas em devida conta. Isto só vem aqui mesmo porque fizemos um protocolo com uma entidade, senão nem vinha, é um ato administrativo que nós tomaríamos sem ter que vir à Assembleia de Freguesia. Isto é mesmo um chapéu, é uma intenção de desenvolvermos essa relação com esta entidade, que tem este produto novo, que está homologado pelas entidades da matéria, em Portugal, e neste momento, estamos um bocado atrapalhados, porque cada vez que nos púnhamos a trabalhar com um produto, seja fosfato, seja vinagre, era logo proibido. E depois, ainda tivemos algumas situações ridículas, os homens a trabalharem e a polícia a dizer que eles não podiam trabalhar. ??? com pedras para a rua, e partem os vidros dos carros, na marginal, e tal, e eles não podiam trabalhar. Até posso dizer, vou tentar arranjar um esquema, ainda nem falei com os colegas, mas tenho conhecimento de que há aí uma maquineta que puxa também a erva, e que não deixa lá nada, e que algumas Juntas de Freguesia estão a utilizar isso, puxa aquilo desde a raiz. Isto é importante, porque isto está caótico, a erva a crescer. Mas, não estamos a violar a Lei da contratação pública, atenção.

Vou passar ao Dr. Tiago Pessoa, se não se importa.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vogal Tiago Pessoa.

Tiago Pessoa (Vogal): Muito obrigado.

Só para dar mais algum esclarecimento do ponto de vista mais técnico, que julgo que complementa aquilo que o Sr. Presidente já referiu. Nós, inicialmente, fazíamos todo o tratamento de combate a ervas com vinagre de álcool. E a dada altura, durante este ano, fomos confrontados com um despacho, com uma decisão de proibição de utilização do vinagre de álcool. E portanto, contactámos a Câmara, no sentido de perceber o que é que tínhamos de alternativa, de produtos que pudessemos utilizar para o combate às ervas infestantes, e a Câmara informou-nos que estava, no âmbito daquilo que é a sua atividade, a testar um conjunto de produtos alternativos. E nós achámos por bem também realizar alguns testes. Isto traz-nos ao ponto em que nós vimos várias opções, não existem muitas, de facto,

porque na homologação deste tipo de produtos, também não existe muita oferta no mercado. E portanto, associámo-nos àquilo que foi o teste que a Câmara estava a fazer, e fizemos também um teste da aplicação deste produto na nossa freguesia, com resultados bastante positivos, com cerca de cinco meses de eficácia no tratamento de ervas daninhas, que nascem normalmente sobre os passeios e sobre as vias.

E portanto, o passo seguinte que fizemos foi avaliar se este produto fazia sentido numa contratação numa escala maior, continuando os testes numa área mais alargada. E portanto, aquilo que fizemos foi: consultámos a empresa e contratualizámos este protocolo que apresentámos aqui, mas que, na prática, aquilo que se consubstancia é que a empresa vai fazer um teste numa área mais alargada – que já foi aqui dito, ao nível do Belém Histórico – para nós continuarmos os testes, para perceber se, de facto, o produto tem eficácia. Se se confirmar a eficácia que já temos nos testes que realizámos anteriormente, vamos, então, proceder a um procedimento de contratação, e aí vamos consultar todas as empresas que estiverem no mercado, tendo em consideração o valor do procedimento – se o valor for superior a setenta e cinco mil euros (75.000€), será um concurso público; senão, será um convite a várias entidades; ou se for abaixo, poderá ser num regime de ajuste direto simplificado. Portanto, será em função do valor em concreto que iremos contratar, mas se se confirmar que os resultados que já obtivemos neste primeiro teste se confirmam do ponto de vista da eficácia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Penso que estaremos, então, em condições de votar este Ponto n.º 5.14, Protocolo com Fitosistema. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, com os votos favoráveis do Partido Social Democrata e do CDS-PP, e a abstenção do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Ponto n.º 6, Apreciação e aprovação de alterações à tabela de taxas. E portanto, vou passar à votação destas tabelas de taxas, uma a uma, das várias tabelas.

Está a pedir a palavra? Faça favor.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Eu peço desculpa a todos, mas reportando-me ao Ponto n.º 5.10, sobre a utilização das piscinas pela escola, o que é bom, muito bom, tanto mais que a Escola do Restelo não tem ginásio. E eu queria deixar aqui uma informação, que uma escola secundária naquele sítio não tem ginásio – não tem há muitos anos, ou nunca teve, infelizmente. E eu queria deixar uma informação, que nós, CDU, estamos a envidar muitas conversações com o Ministério da Educação ??? escolares. Já tivemos várias reuniões, e quando a coisa estiver mais adiantada, chegará ao conhecimento do Presidente da Junta e da Câmara, porque é a nível do Ministério da Educação. Era só esta informação.

Presidente da Mesa: Este ponto já foi votado, já foi aprovado. Eu acho que os vários membros desta Assembleia já visitaram seguramente várias das escolas, e

essa é uma questão que tem sido sempre levantada, e que tem sido acompanhada, e que estará seguramente para ser discutida também na Assembleia específica que teremos, dedicada exclusivamente à questão das escolas. E portanto, será o momento oportuno.

Eu vou passar à votação, então, deste Ponto n.º 6, ponto a ponto.

Ponto n.º 6.1, *Workshop* de escrita criativa. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 6.2, Espaço Ecológico.

Partido Socialista e Partido Comunista.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Sr. Presidente, eu voto contra, porque um *workshop* de escrita criativa cobrando taxas, é inadmissível, e condenamos veementemente uma atividade destas. É apoio à arte, à criatividade, naturalmente de jovens. E portanto, há outras coisas que são gratuitas, e entendemos que isto também deve ser. É apoio à cultura, apoio à arte, apoio à escrita.

Presidente da Mesa: Já está fundamentada a sua alteração do sentido de voto, e uma declaração de voto sobre essa mesma alteração. Portanto, ficou claro, a representante do Partido Comunista votou contra o Ponto n.º 6.1, *Workshop* de escrita criativa.

Estávamos agora no Ponto n.º 6.2, Espaço Ecológico. Tenho um pedido de palavra do Partido Socialista, Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Era só para comentar a questão, mais do próprio nome do espaço em si, Espaço Ecológico, porque se bem recorde, é um espaço junto à Junta de Freguesia, que tem um conjunto de uma escola, e onde tem a possibilidade de haver atividades recreativas. Só me espanta o próprio nome “ecológico”, Espaço Ecológico, porque eu conheço aquele espaço, e de ecológico tem muito pouco. Tem umas galinhas, eu sei, um galinheiro. Quinta Pedagógica, ainda lá ia; agora, chamar-se “Ecológico”... Nós não somos contra estas taxas, e não nos vamos pronunciar negativamente contra as taxas; é somente a questão da designação, achamos um bocadinho estranho. Mas, se calhar, é uma visão que eu não consegui ainda atingir.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu lembro que o que está à votação são mesmo as taxas, e não a denominação. Tem a palavra o Presidente da Junta, para qualquer esclarecimento ou comentário à intervenção que foi feita.

Presidente do Executivo: A única coisa que herdei aqui em condições, do anterior Executivo, de facto, foi este Espaço Ecológico, que foram eles que lhe deram o nome. Tinha uma componente de animais, uma componente de horta, e uma componente de convívio, que até ??? Projeto Intervir. Depois, tinha um espaço para

as criancinhas, um abrigo infantil. Portanto, era o Espaço Ecológico, que tinha essas quatro componentes. Neste momento, de facto, nós estamos em condições ??? não tem nada a ver com as condições em que aquilo se encontrava, ??? nesta altura, mas foi das raras coisas que herdámos dos anteriores, fora aquela discoteca que havia na cave, que era para tirar os jovens da droga, o Projeto Intervir ??? aquela cave. Mas, de resto, foi herdado o espaço ??? chamava de Espaço Ecológico. ??? um espaço para as pessoas estarem ali ???. Era só.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, com a abstenção da representante do Partido Comunista Português.

Ponto n.º 6.3, Campos de Férias. Não havendo pedidos de palavra, passo à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 6.4, Centro Social.

Tem a palavra Isabel Lopes da Silva, do Partido Comunista Português.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Nós perguntamos qual é a utilidade do Centro Social, o que é que se passa aqui, queremos saber. É um ponto, Centro Social, o que é que se passa, o que é que acontece neste espaço, queremos saber.

Presidente da Mesa: Terminou? Está feita a pergunta. Sr. Presidente, para responder.

Presidente do Executivo: Não leu o Plano de Atividades, tem as atividades todas desenvolvidas. E o local onde elas se desenvolvem, a maior parte delas é aqui, ??? o Aikido, o ioga, a ginástica, a pintura, uma série de atividades que se desenvolvem aqui. Por isso, é um dos locais, e foi para isso que nós fizemos o Centro Social, para ser utilizado pelas pessoas.

Presidente da Mesa: Está, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 7, Apreciação e aprovação do Regulamento de Inscrição nas Modalidades Desportivas.

Algum pedido de palavra? Não existe. Está à votação o regulamento de inscrição nas modalidades desportivas. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 8, Apreciação e aprovação do Regimento do Restelo Jovem.

Não havendo pedidos de palavra, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado também por unanimidade.

Ponto n.º 9, Apreciação e aprovação do Regulamento da Feira da Educação e Saúde.

Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção, da representante do Partido Comunista Português.

E pronto, chegámos ao **Ponto n.º 10** em hora adequada, uma vez que faltam dez minutos para a meia noite. Dou a palavra ao Sr. Presidente para sintetizar, resumir e prestar algum esclarecimento que entenda por conveniente neste Ponto n.º 10, que seria a Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, o nosso último ponto da ordem de trabalhos.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A informação escrita está aí, não vou lê-la, ela fala por si. Mas, de qualquer forma, o que eu queria aproveitar, há bocado, está aí a falar do pavilhão gimnodesportivo também, nós, quer a Junta de Freguesia, e várias forças políticas que compõem a própria Junta de Freguesia, direta ou indiretamente, já há muitos anos, ou há muitos meses, e agora com especial incidência, estamos a providenciar esforços para que, realmente, seja uma realidade ainda durante este mandato o tal pavilhão gimnodesportivo. Estamos todos no mesmo barco, é fundamental, é uma das melhores escolas do país e não tem um pavilhão gimnodesportivo, é uma aberração total. O desporto faz parte da vida, e portanto, nós, desde o primeiro dia, estamos a tratar disso. E portanto, não estão sozinhos, nós já estávamos antes, e continuamos a trabalhar nesse sentido, quer a Junta, quer algumas forças políticas que compõem a Junta de Freguesia, junto dos órgãos locais, para que isso seja uma realidade em muito pouco tempo.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enfim, penso que chegámos agora à parte final desta reunião, e eu vou pedir à 2.^a Secretária em substituição, Maria Antónia Santos que proceda à leitura da ata em minuta, antes de dar por encerrada a nossa reunião.

Maria Antónia Santos (2.^a Secretária): Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas na Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2018 as saudações, moções e propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

- Moção “Por uma recolha eficaz e responsável do lixo na Freguesia de Belém”. Aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS, e cinco (5) abstenções, do PS e do PCP.

- *Ponto n.º 3, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 25.09.2018. Aprovada por unanimidade.*
- *Ponto n.º 4, Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2019. Aprovado, com os votos a favor do PSD e CDS (oito), um (1) voto contra, do PCP, e quatro (4) abstenções, do PS.*
- *Ponto n.º 5.1, Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Agrupamento de Escolas do Restelo – AEC's. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.2, Adenda ao Protocolo de Colaboração da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2017-2018. Aprovada por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.3, Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Apoio à Família para o ano letivo 2017-2018. Aprovada por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.4, 2.º Aditamento ao contrato de comodato de entrega de imóveis municipais. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.5, Contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém – Parque Moinhos de Santana. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.6, Acordo anual de parceria com o Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.7, Contrato-programa de atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.8, Protocolo com a SMIL – Apoio às aulas de ballet. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.9, Acordo de Parceria no âmbito do Projeto – Os media, o mundo descodifica-te. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.10, Protocolo com o Agrupamento de Escolas do Restelo para utilização da Piscina Municipal do Restelo. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.11, Protocolo de Colaboração da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2018-2019. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.12, Protocolo de Colaboração das Atividades de Apoio à Família para o ano letivo 2018-2019. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 5.13, Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses”. Aprovado por unanimidade e aclamação.*

- *Ponto n.º 5.14, Protocolo com Fitosistema. Aprovado, com oito (8) votos a favor (PSD e CDS), e cinco (5) abstenções (PS, PCP).*
- *Ponto n.º 6.1, Apreciação e aprovação de alterações à tabela de taxas – Workshop de escrita criativa. Aprovado, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS, PS), e um (1) voto contra (PCP).*
- *Ponto n.º 6.2, Apreciação e aprovação de alterações à tabela de taxas – Espaço Ecológico. Aprovado, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS, PS), e uma (1) abstenção (PCP).*
- *Ponto n.º 6.3, Apreciação e aprovação de alterações à tabela de taxas – Campos de Férias. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 6.4, Apreciação e aprovação de alterações à tabela de taxas – Centro Social. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 7, Apreciação e aprovação do Regulamento de Inscrição nas Modalidades Desportivas. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 8, Apreciação e aprovação do Regimento do Restelo Jovem. Aprovado por unanimidade.*
- *Ponto n.º 9, Apreciação e aprovação do Regulamento da Feira da Educação e Saúde. Aprovado, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS, PS), e um (1) voto contra (PCP)."*

Presidente da Mesa: Portanto, estamos na hora pontual de encerramento dos nossos trabalhos, ou seja, a meia noite em ponto, de acordo com o princípio "Cinderela" que aqui estabelecemos. E portanto, cumprido esse mesmo horário... Isabel Lopes da Silva, queria acrescentar alguma coisa? Neste momento, só para interpelar a Mesa, mas eu estou cá para ser interpelado.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Sr. Presidente, a minha declaração de voto sobre o *workshop* de escrita não foi lida, penso eu.

Presidente da Mesa: Não tem de ser lida, mas constará em ata. Ela foi feita oralmente, constará em ata. Na ata estará a sua intervenção, que foi perentória e esclarecedora.

E portanto, estamos em condições de encerrar. Fica só a chamada de atenção que, como foi aqui decidido, o Sr. Presidente da Junta reunirá com os Grupos da Oposição, como foi aqui abordado, no início de janeiro. Nós teremos depois, então – enfim, aguardo aqui indicação da própria Junta de Freguesia para a marcação, e disponibilidade para marcação de uma Assembleia Extraordinária dirigida à questão das escolas, na sua amplitude, começando pelo relatório, mas englobando todas as outras questões que aqui foram faladas hoje sobre as escolas, convidando desde já, até para esse efeito, os elementos do público que aqui vieram hoje, e que vieram tratar desse assunto, penso que seria importante, se puderem, que

estivessem presentes nessa Assembleia, que oportunamente será informado qual é a data. Essa Assembleia será, em qualquer caso, em janeiro.

E dito isto, desejar a todos um feliz natal, boas entradas, e um ótimo ano de 2019.

Muito obrigado a todos.